

ZERRO

Florianópolis, Abril-Maio de 1988



FOTOS: PHILIPPE ARRUDA/ZERO

BAIXO ASTRAL

O assassinato do jornalista que ninguém noticiou

Na página 5



Balanço da greve que não conseguiu furar os decretões

Depois da 9

O HOSPITAL DE RISCO

O menor salário do mundo

Brasil, 1º de maio de 1988. Dia de luta para os campeões da pobreza, trabalhadores da oitava economia capitalista, que têm um dos piores padrões mundiais. "Pesquisa compara o Brasil com 40 países e demonstra que o nosso salário é o mais baixo do mundo" (revista *Senhor* — 7/3/88). Cem anos de abolição legal da escravatura, de assalariados, de arrocho, de ditadura militar, **sem** (assim mesmo) anos de democracia.

Ganhamos menos que os escravos na época do Império. O Senhor de engenho cuidava de seu instrumento de trabalho: o braço escravo. Dava-lhe de comer carne seca. Hoje quem pode comer carne seca com um salário mínimo de Cz\$ 4.932,00 ou um piso nacional de Cz\$ 7.260,00 (de abril) se, já em março, o "necessário para satisfazer as necessidades normais do trabalhador e de sua família" era Cz\$ 35.868,00, segundo cálculos do Dieese 2.

Os 20 milhões de brasileiros que ganham por mês até um salário mínimo estão na lista da miséria absoluta — um contingente de quase 70 milhões de pessoas, se consideradas as suas famílias. Enquanto, em muitos países, o salário mínimo é apenas a referência inicial de remuneração para quem não tem profissão, o brasileiro sem especialização passa a vida toda ganhando o mínimo. E não são só domésticas. Trata-se, em sua maioria, de empregados regulares da indústria, comércio e serviços, com carteira assinada.

— Pra saber que existe arrocho



salarial não precisa fazer cálculos complicados. É só ir ao mercado e ver que o salário, não dá mais para comprar o que se precisa para viver" mata a charada o repórter fotográfico James Tavares (JSC), pai de dois filhos.

Aperto do cinto

Desde a "abolição" em 1888,

o assalariado brasileiro é prejudicado, sua remuneração não é reajustada de acordo com os índices de elevação do custo de vida. O movimento sindical não assistiu a isso de braços cruzados. Lutou e acumulou conquistas, que o ditador Getúlio Vargas, em 1938, sistematizou na CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, feito pelo qual conquistou os títulos de "pai dos pobres" e "mãe dos ricos".

O salário miséria, o mínimo, foi instituído no Brasil pela Lei 185 de 14 de janeiro de 1936, há mais de 50 anos, tendo sido regulamentado pelo decreto lei 399 de 30 de abril de 1938. Mas passou a vigorar apenas em julho de 1940, com o valor nominal de 220 mil réis. A política salarial da era Vargas foi empurrada goela abaixo por um sindicalismo à la Mussolini, esquema de pelegos remendado pelo regime de 64. De 1965 a 1975, a ordem é manter o salário

médio corroído por uma inflação subestimada de 12 meses e aumentá-lo caso houvesse produtividade. Até 79, os reajustes eram anuais. Daí a inflação pula para 100%, explodem greves por todo o País e o aumento torna-se semestral. A galope da inflação, em 1983, o governo tenta um acordo com o FMI. Para sanar a crise, quer tirar dinheiro do trabalhador através de decretos arrochantes mas é barrado pelo congresso. O

ano de 1986 começa e termina sob Planos Cruzados, congelamento de preços no pico e dos salários por baixo, pela média dos últimos seis meses.

A força

O risonho Bresser Pereira (ministro da Fazenda de Sarney, de abril a dezembro de 87) aproveita o "bom" e o "ruim" dos Planos Cruzados, cria a URP - Unidade de Referência de Preços (nunca é usada como referência para reajustar preços, só salários), aperta a corda no pescoço do assalariado e lhe "passa a mão" na inflação de junho (26,06%).

O técnico Maílson da Nóbrega substitui Bresser e, sob o tacão do FMI, no último dia 7 de abril, mais uma vez repassa o ônus da crise para o bolso dos trabalhadores.

Reprisa o velho filme de 81 e 83. Congela a URP para os funcionários públicos federais e das estaduais e ameaça extingui-la para todos. Quem tem data base em maio e obteve somente os reajustes de lei já acumula uma perda salarial de 96,4% nos últimos 12 meses.

Se o valor real de compra do salário mínimo, em 1940, era 100; em 1951 tinha caído para 36,8; em 1957 elevava-se a 122,65; e, março/88 valia só 34,89. Quer dizer: nosso salário tem hoje o menor poder aquisitivo da história. "A única solução é dar um tiro no coço" (como disse Figueiredo a uma criança que lhe perguntou o que faria se ganhasse um salário mínimo). Ou dar um tiro nesse governo que insiste em dizer que salário gera inflação? Este não vale um tiro. E se extinguir o salário mínimo?

Geraldo Hoffmann

ZERO

Jornal Laboratório do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Catarina

Textos: Ana Lavratti, Ana Paula Marcili, Carlos Eduardo Caê, Chico Faganello, Clarissa Santos, Cláudia Carvalho, Cláudia Finardi, Daniela Aguiar, Deise Freitas, Fabiano Melato, Geraldo Hoffmann, Ilka Goldschmidt, Jacques Mick, Linete Martins, Luciane Abdo, Márcia Carvalho, Marcos R. Cardoso, Mário Vaz, Marta Moritz, Monique Van Dresen, Pedro Santos, Rafael Maseli, Renata A. Rosa, Romir Rocha, Rosângela Biou, Ruchelle Zandavalle, Rute Enriconi, Sabrina Franzoni, Zulmar H. Bortolotto

Diagramação: Analu Zidko, Cláudia Carvalho, Ivan Santos, Marcos Cardoso, Sabrina Franzoni, Zulmar Bortolotto

Fotografia: Ana Paula Marcili, Cláudia Carvalho, Ilka Goldschmidt, Javier Christian, Philippe Arruda, Rute Enriconi

Colaboradores: Eduardo Meditsch, Francisco Karam (textos), L. F. Veríssimo (arte)

Laboratório: Philippe Arruda

Ilustração: Frank, Marta Moritz

Edição, Coordenação e Supervisão: Professores Cinthia Nahra, Eduardo Meditsch, Luiz Alberto Scotto, Ricardo Barreto

Edição Gráfica: Ricardo Barreto

Telefone: (0482) 33-9215

Telex: (0482) 240 BR

Correspondência: Caixa Postal 472, Departamento de Comunicação e Expressão, Curso de Jornalismo, Florianópolis/SC

Acabamento e Impressão: Empresa Editora O Estado
Montagem: Augusto
Distribuição Gratuita
Circulação Dirigida

O pior laboratório do mundo

O laboratório fotográfico do curso de jornalismo da UFSC enfrenta uma situação desesperadora. Das dez câmeras existentes, quatro estão em funcionamento e, apenas um entre uma dezena de ampliadores, resiste ao tempo.

Implantado em 1981, a história do laboratório fotográfico revela-se conturbada desde o início. Sua conquista só foi efetivada a partir de uma greve feita pelos alunos de jornalismo. O movimento surgiu porque o Ministério da Educação exigia o laboratório para a formação do curso, mas ao mesmo tempo não liberava verbas necessárias para a compra do equipamento. Somente após muita luta, os recursos chegaram. A aquisição do material foi feita mais pela quantidade do que qualidade, pois o dinheiro recebido era tão pouco que, por exemplo, ao invés de se comprar um câmera mais resistente e funcional, foram adquiridas dez de qualidade inferior — afinal seria impossível dar uma aula de fotografia com apenas uma câmera fotográfica.

Segundo o professor de jornalismo, Paulo Brito, novos equipamentos são pedidos desde 1984 ao Ministério de Educação.



O grande problema é a política de educação vigente, pois o governo insiste em conceder recursos em cruzados e sem correção monetária, dentro de uma burocracia que atrasa a chegada do dinheiro em até seis meses", inviabilizando todo processo de aquisição do material junto às empresas fornecedoras", ressaltou Brito. A manutenção dos aparelhos mais sofisticados é feita somente em São Paulo ou Rio de Janeiro, com prazo mínimo de devolução de cinco meses. E como numa universidade os que irão ter contato com o material são aprendizes, reparo é uma exigência permanente.

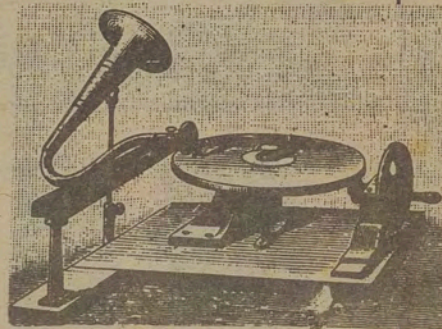
Com turmas da primeira fase, produção de audiovisual, estágio

fotográfico e produção de material para diversos trabalhos, o desgaste do laboratório encaminha-o para a inoperância. A contradição entre o que é exigido pelo Ministério da Educação e o que é oferecido pela UFSC, fica bem clara quando, em uma ementa de disciplina do curso de jornalismo prevê-se que: "o aluno irá aprender a fotografar com flash", e não existe flash algum dentro do laboratório.

Com falta de máquinas novas, ampliadores, objetivas, temporizadores, e até banquinhos para trabalhar (são apenas sete para turmas de vinte alunos), o laboratório fotográfico carrega de uma infra-estrutura que o coloca em real condição de funcionamento.

Contando apenas com um monitor e horários altamente reduzidos de funcionamento, uma completa reformulação, o mais breve possível, seria exigência para que os alunos pudessem ter um verdadeiro acesso a mais uma área da profissão.

Romir Rocha



Programa Piloto:

Zero vai ter
edição no rádio

Estreia no mês de maio o Programa Piloto, rádio-jornal laboratório do Curso de Jornalismo. Filhote do Zero, o Programa Piloto seguirá a mesma proposta de produção: será inteiramente realizado no espaço de uma tarde, procurando reproduzir as condições de realização do mercado profissional da maneira mais fiel possível.

O rádio-jornal terá a duração de trinta minutos, será produzido no estúdio do curso e veiculado por uma emissora comercial de Florianópolis.

Hospital Universitário agoniza

HU vira caso de polícia e direção não explica nada

São exames trocados, testes malfeitos, pacientes enganados, cirurgias adiadas, casaco no hospital e médico no consultório particular, negligência e total falta de respeito com os pacientes. Foi nisso que virou o antigo Hospital Universitário. Nessa reportagem um pouco do que se pode ver num fim de manhã, entre os pacientes que brigam por um atendimento. Faltou-nos informações básicas, como o número de residentes, quantas pessoas são atendidas por dia. Isso porque a direção só dá explicação se bajulada. Isso porque até nosso fotógrafo foi retirado erguido pelos seguranças. Aqui um pouquinho do HU. Um pouquinho mesmo. No próximo mês tem mais.

É o velhinho que espera desde as sete horas da manhã por uma consulta e no final da tarde recebe uma autorização para dormir no albergue noturno da Mauro Ramos com aviso de que não vai ser atendido. Ou casos como o de uma estudante do Curso de Letras, que foi insultada durante uma consulta ginecológica com o Dr. Sérgio Luiz na tarde do último dia 25: "Dentro da sala permaneceram mais seis estudantes, que faziam piadas e eu nem fui consultada se eles poderiam estar ali".

E ninguém diz nada, "porque médico é médico e são eles que mandam aqui", afirmam os funcionários mais corajosos. E a situação chega a tal ponto que os contratos dos médicos do Hospital Universitário devem estar sendo feitos apenas para meia-hora de expediente. O oftalmologista, Dr. May, atende seus pacientes das 8 às 8:30 horas. "Vê se chega cedo, teu número é o cinco, mas ele atende cada paciente em dois minutos e se chegar atrasado dança", diz a moça que marca as consultas. E onde posso encontrá-lo depois? A partir das nove horas ele está lá na Clínica dele, na Av. Rio Branco".

Mas os casos mais sérios estão nas internações e na emergência. O professor do Curso de Jornalismo, Adelmo Genro Filho, internado no dia 7 de fevereiro no HU, falecendo cinco dias depois, teria como causa de sua morte varicela necro-hemorrágica. Até hoje, o caso não está explicado. As suspeitas de que Adelmo tenha sido tratado negligente são grandes. Mas nada pode ser comprovado, já que os prontuários ainda fazem parte de todo um "ritual médico" e que só puderam ser examinados pelo médico que tratou o caso, Dr. Gilmar Pacheco. O Dr. Flávio Valente, um dos médicos que acompanhou Adelmo, não acredita que tenha havido erro. "O que pode ter acontecido é o paciente ter morrido de Aids ou até com um tumor". Só que exames feitos, não contactaram nenhum vírus, mas ele explica tudo: "No estágio que a doença estava, o vírus não ia aparecer. O teste foi feito. Deu negativo". Flávio é contra os segredos dos prontuários. "Infelizmente ainda existe isso

porque qualquer conduta médica pode ser criticada e os médicos sentem verdadeiro pavor disso".

A emergência

Na emergência acontecem fatos absurdos. O professor Augusto César Zeferino, do Depto de Geociências, levou a sogra para ser atendida no dia 6 de abril às 11 horas da noite e teve que esperar 45 minutos porque, segundo informações dos funcionários, "os médicos de plantão estavam jantando". Quando foi atendido, a médica explicou que a demora tinha sido porque havia outros pacientes na frente, "mas tudo já tinha sido explicado, os funcionários já tinham dito que ela não estava ali. Eles pelo menos deviam fazer escalas. Eu sei que é bom sair com os colegas de trabalho para jantar, mas quando se trata da vida dos pacientes, o negócio fica meu absurdo", comenta o professor. Funcionários com grande tempo na casa afirmam decepcionados que "99% dos médicos ficam em casa dormindo na hora dos plantões e quando chegam sempre estão de mal humor". Outros aconselham "se algum dia você ou qualquer outro conhecido precisar ser internado, não venha para cá. Eles são muito cruéis, os pacientes internados são enganados". Dezenas de pessoas vestidas de branco entram nas salas de internações, examinam, fazem perguntas, medicam e algum tempo depois se descobre que são apenas acadêmicos, que muitas vezes, sem autori-



Transfusão de sangue dá Aids, diz o médico

zação os médicos, tratam dos pacientes.

Depois de sofrer um acidente de moto em janeiro, o professor do Curso de Jornalismo Henrique Finco foi levado ao Hospital com sérios riscos de vida. As radiografias foram feitas apenas nas costelas, enquanto o professor reclamava de dores nos pés e no maxilar. "Se você estivesse com os pés quebrados não estaria tão calmo", respondia o médico que quinze dias depois, no dia da alta, resolveu bater as radiografias e descobriu nove fraturas num pé e três no outro.

A professora do Jornalismo Carmem Rial, acompanhou o professor durante a internação e afirma que "mesmo após terem sido constatadas as fraturas nada foi feito além de terem sido engessados os pés".

A radiografia do maxilar foi tirada do lado errado, nada acusando. Ao consultar novos médicos depois da alta, Finco teve que fazer todo o tratamento novamente "e sentiu um monte de dores que eram desnecessárias". A médica que cuidou dele mais tarde achou muito bom que as radiografias tivessem sido tiradas do maxilar errado, "se eles tivessem descoberto as fraturas teu caso ia ser bem pior".

Incidentes

As histórias ficam esquecidas, sim. Mas às vezes um ou outro "incidente" aparece para reavivar a me-

Haja paciência dos pacientes

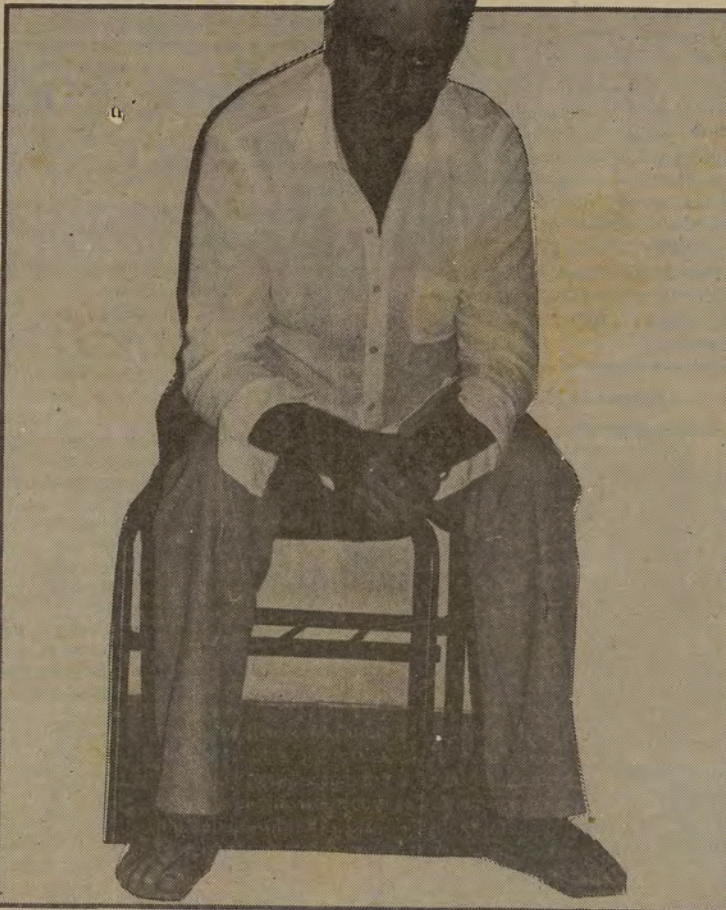


FOTO: PHILIPPE ARRUDA/ZERO

mória dos funcionários do HU, e para que eles conclua que estão cada vez aumentando e se tornando mais graves. "Um dia desses chegou até a dar pauleira aqui dentro", conta um deles. Um homem trouxe a esposa para ser atendida no hospital com sérias dores abdominais. Esperaram das sete horas da manhã ao meio-dia. Quando o homem resolveu reclamar, foi posto para fora pela chefe das enfermeiras, Paula Stela Leite. Ficou tão nervoso que queria quebrar tudo lá dentro, chamaram os seguranças e ele foi posto para fora. Horas depois os funcionários do hospital tiveram a notícia de que a mulher havia sofrido cirurgia imediata no Hospital Celso Ramos. Uma semana depois, ninguém falava mais no assunto.

Teste anti-aids é feito, "mas não se espera sair o resultado para que se façam as transfusões", conta um funcionário. Em novembro de 1987, o hospital recebeu uma aidética. Num reunião interna, um funcionário teria escutado o Hematologista, Dr.

Gilmar Pacheco, comentar com o companheiro do lado que a mulher havia sido contaminada no próprio hospital. "Como?", teria perguntado outro médico. "É que ela esteve internada aqui há algum tempo. Precisou de uma transfusão de sangue, nós fizemos e depois descobrimos que o sangue estava contaminado. Nem ela, nem a família, nem ninguém sabe que foi aqui". Pouco tempo depois a aidética teria sido trans-

Radiografias feitas no órgão errado

ferida e nada mais se soube sobre o assunto.

A insegurança dos pacientes se agrava com a falta de informações sobre o funcionamento do HU. E a direção não ajuda em nada. Para quem deseja informações sobre a quantidade de médicos, o número de pacientes, a divisão dos setores, as indicações são as seguintes: primeiro deve ser feito um ofício descrevendo-se minuciosamente o trabalho a ser executado e o seu destino, esse papel deve ser encaminhado para o Dr. Emílio, diretor médico do HU. Se ele aprovar, encaminha para o setor responsável. Fotografias sem permissão da direção? Nem pensar. Segundo uma enfermeira, "isso iria denegrir a imagem do Hospital".

Cláudia Carvalho



A Comunicação na Constituinte

Repórter de 1946 não vê evolução em 88

O debate "A comunicação na constituinte" realizado no dia 03 de maio no auditório da Assembleia Legislativa trouxe a Florianópolis o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, (Fenaj), Armando Rollemberg, e de Rubem de Azevedo Lima, o "Rubem das Constituintes". Rubem, jornalista que esteve presente na cobertura da constituinte de 46 e hoje acompanha os rumos da nova Carta Magna do país, revela que os quarenta e dois anos que se passaram não trouxeram melhoras, "já que os problemas continuam sendo os mesmos".

Aposentado no ano passado na Folha de São Paulo e hoje como repórter do Jornal de Brasília, o Rubem das Constituintes acredita que, à medida que a nova constituição vai se desenhando, percebe-se que ela vai realizar apenas uma parte dos sonhos da sociedade. É uma constituição que vai deixar muito a desejar, e é provável que não resista a mais duas eleições. "Para ele, o tratamento desmoralizante dado aos constituintes em programas humorísticos de rádio e tevê serviu para enfraquecer a constituição.

DIPLOMA

A aprovação da exigência do diploma para a prática do jornalismo foi vista como uma vitória para a categoria, e a FENAJ vai pressionar pelo cumprimento desta lei. O fim do diploma significaria o fim da regulamentação profissional, bem como a perda de todas as conquistas obtidas até então.

Devido à presença de muitos jornalistas no auditório da Assembleia, foi levantada a questão dos profissionais irregulares no mercado. Como alternativa, Armando Rollemberg, presidente da Fenaj, sugeriu a aplicação aqui das medidas adotadas pelo Sindicato de Brasília. Elas consistem num acerto feito com as empresas de comunicação para a não contratação de irregulares. Outra solução apresentada foi a passagem dos processos de regulamentação (para aqueles que trabalhavam dois anos

antes de 79, ano em que a profissão foi regulamentada) nos sindicatos dos jornalistas, antes de serem encaminhados à Delegacia Regional do Trabalho.

COMUNICAÇÃO

A proposta de democratização dos meios de comunicação, apresentada pelos jornalistas na Constituinte não foi aprovada, apesar da categoria ter recebido o apoio de outras entidades, como a Federação dos Médicos, dos Arquitetos, da Associação dos Empregados da Embratel, da Une, Andes, etc... O esforço foi em vão. O texto que deve ser aprovado nos próximos dias não apresenta avanços no campo da comunicação. O ponto chave, que era a democratização da mídia eletrônica, não foi aprovado: o Presidente da República ainda manterá o poder sobre a concessão de canais de rádio e tevê. A única mudança prevista no novo sistema, será a necessidade dessas concessões passarem por um Conselho Nacional de Comunicação que tem um caráter consultivo.

O presidente da Federação Nacional dos Jornalistas afirmou que através de uma fusão de emendas, a Fenaj vai tentar mudar o caráter do conselho, tornando-o deliberativo.

A Constituinte está terminando seus trabalhos e, mais uma vez, temos a certeza da influência do poder econômico nas decisões do congresso. Mais uma vez o lobby, que representa um grupo de pressão composto por parlamentares e por empresas, esteve presente no Congresso e na sala de redações, pressionando os constituintes a tomarem as decisões que lhes favoreceram.

Foi aprovado o artigo que prevê maior liberdade de imprensa. No mesmo momento, jornalistas eram impedidos por seus patrões de participarem de debates sobre a tese de democratização dos meios de comunicação. Era o lobby patronal em ação.

A Nova Carta está quase pronta, mas é necessário que a sociedade brasileira se manifeste de forma mais concreta contra os rumos da constituição e não espere que uma legislação complementar atenda às suas reivindicações.

Rozana de Moliner



ARTE: MARTA MORITZER

Comissão vai fiscalizar a ética do nosso jornalismo

Qualquer pessoa pode reclamar quando atingida

Uma comissão de ética foi eleita na Assembleia Geral Extraordinária que foi realizada no dia 19 de abril no Sindicato dos Jornalistas. A comissão irá controlar os jornalistas para que estes não desrespeitem o Código de Ética da categoria que está em vigor desde 1986.

A comissão foi formada por Elaine Borges, Eduardo Meditsch, Sérgio Lopes, Mário Medaglia e Jarson Frank, e tem mandato coincidente com o da atual diretoria do sindicato.

Um dos pontos do código de ética que será priorizado é com relação ao fato do jornalista ouvir somente uma fonte ao fazer a matéria, sem que outro lado

seja ouvido. É passada assim uma informação imprecisa para o público. No caso, a comissão ficará responsável de chamar a atenção para que o jornalista não desrespeite o Código.

Segundo Elaine Borges — correspondente do jornal "O Estado de São Paulo" em Florianópolis — e integrante da comissão, as instituições tem o dever de relatar as informações para o repórter que está ali cumprindo um serviço para a opinião pública, e não para seus interesses".

Outro ponto a ser analisado é a "Fobia pelo Furo". Segundo Elaine, essa fobia traz sérias consequências para o povo, toda a vez que os jornalistas, na pressa de conseguir o furo, não checam as fontes, e ocorrem casos onde o que foi informado não é correto. Nesse caso, diz Elaine, "o jornalista é obrigado a checar as fontes".

Qualquer pessoa que sentir-se lesada pela imprensa tem o direito de reclamar à comissão, conforme o Art. 20, do código.

As penalidades que o Jornalista que descumprir o Código de Ética são observação, advertência, suspensão e exclusão do quadro social do Sindicato, e aos não associados observação, advertência pública, impedimento temporário e definitivo de ingresso do quadro social do Sindicato.

Os pontos mais polêmicos do Código de Ética são os que proíbem os assessores de imprensa de fazerem a cobertura dos órgãos em que são empregados para os meios de comunicação e o que proíbe os jornalistas de aceitarem ordens antiéticas das empresas em que trabalham.

Rute Enriconi

Um código bem rigoroso

"O Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais aprova o presente Código de Ética:

O Código de Ética do Jornalista fixa as normas a que deverá subordinar-se a atuação do profissional, nas suas relações com a comunidade, com as fontes de informação e entre jornalistas.

I - DO DIREITO A INFORMAÇÃO

Art. 1: — O acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse.

Art. 2: — A divulgação da informação, precisa e correta, é dever dos meios de comunicação pública, independente da natureza de sua propriedade.

Art. 3: — A informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo.

Art. 4: — A prestação de informações pelas instituições públicas, privadas e particulares cujas atividades produzam efeito na vida em sociedade é uma obrigação social.

Art. 5: — A obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação e a aplicação de censura ou autocensura são um delito contra a sociedade.

II - DA CONDUTA PROFISSIONAL DO JORNALISTA

Art. 6: — O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social, e de finalidade pública, subordinada ao presente Código de Ética.

Art. 7: — O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação.

Art. 8: — Sempre que considerar correto e necessário, o jornalista resguardará a origem e identidade das suas fontes de informação.

Art. 9: — É dever do jornalista:

a) divulgar todos os fatos que sejam de interesse público;

b) lutar pela liberdade de pensamento e expressão;

c) defender o livre exercício da profissão;

d) valorizar, honrar e dignificar a profissão;

e) opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem;

f) combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação;

g) respeitar o direito à privacidade do cidadão;

h) prestigiar as entidades representativas e democráticas da categoria.

Art. 10 — O jornalista não pode:

a) aceitar oferta de trabalho remunerado em desacordo com o piso salarial da categoria ou com a tabela fixada por sua entidade de classe;

b) submeter-se a diretrizes contrárias à divulgação correta da informação;

c) frustrar a manifestação de opiniões divergentes ou impedir o livre debate;

d) concordar com a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais, de sexo e de orientação sexual;

e) exercer cobertura jornalística, pelo órgão em que trabalha, em instituições públicas e privadas onde seja funcionário, assessor ou empregado.

III - DA RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL DO JORNALISTA

Art. 11 — O jornalista é responsável por toda a informação que divulga, desde que seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros.

Art. 12 — Em todos os seus direitos e responsabilidades, o jornalista terá apoio e respaldo das entidades representativas da categoria.

Art. 13 — O jornalista deve evitar a divulgação de fatos:

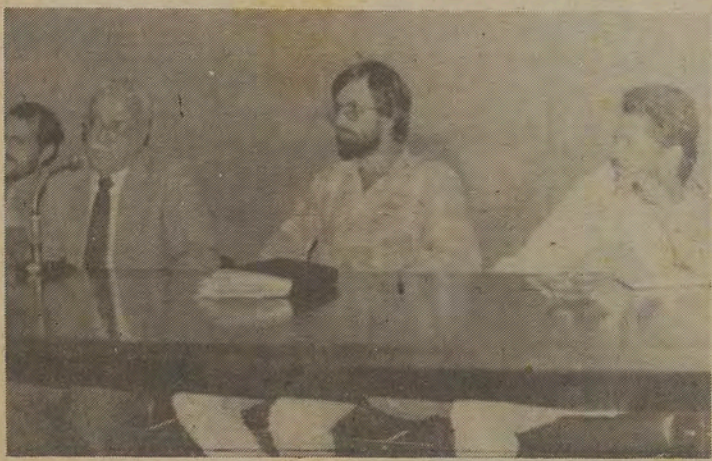
a) com interesse de favorecimento pessoal ou vantagens econômicas;

b) de caráter mórbido e contrários aos valores humanos.

Art. 14 — O jornalista deve:

a) ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas.

b) tratar com respeito a todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar.



Rubem Azevedo Lima (de gravata), Celso Vicenzi e Armando Rollemberg

Perseguição é rotina profissional

OIJ faz a conta dos mortos e desaparecidos

Nos últimos 18 anos, a repressão política assassinou 232 jornalistas e foi a responsável por mais 145 desaparecimentos de profissionais da área em toda a América Latina. A revelação, feita ao final da reunião anual da Organização Internacional de Jornalistas, de 22 a 25 de abril, em Brasília, acusa as ditaduras de Augusto Pinochet, no Chile, de Alfredo Stroessner, no Paraguai, e os sucessivos governos da Colômbia, como os principais responsáveis pelos crimes e por grande parcela de culpa no impedimento do exercício livre da profissão de jornalista no continente.

O encontro da OIJ, organizado pela Fenaj e pela primeira vez efetuado no Brasil, reuniu 85 jornalistas de 53 países e cerca de 50 profissionais brasileiros, representantes de sindicatos. Na pauta central, a discussão da defesa da liberdade de imprensa e da soberania dos povos.

O presidente da OIJ, Kaarle Nordenstreng, um jornalista finlandês que também é professor da Universidade de Tampere, elogiou o jornalismo brasileiro do ponto de vista técnico e observou que, em todo o mundo, "o sensacionalismo e o comercialismo são ainda os maiores problemas para o exercício de um bom jornalismo". Nordenstreng afirmou que a OIJ, no terreno político, é mais radical do que a própria



FOTO: A.P.

Há dez anos, o assassinato do repórter Stewart chocou o mundo pela TV

ONU e apóia abertamente as lutas independentes dos povos por sua libertação e, especificamente, a luta da Namíbia e da Palestina.

Na sua vez, o secretário-geral da Organização Nacional dos Jornalistas de Moçambique, Manuel Tomé, reiterou a condenação da OIJ à política do apartheid da África do Sul, "que agride Moçambique e Angola em uma guerra econômica para impedir que estes dois países consigam se desenvolver". Tomé também afirmou que uma das principais lutas da OIJ é discutir a situação da manipulação da informação no mundo. Como exemplo, citou o jornal *Washington Post*, dos Estados Unidos, que não enfrenta nem denuncia o

apartheid porque "na direção do jornal está a IBM, que colabora diretamente com o militarismo da África do Sul".

Durante o encontro, a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), através de seu presidente, Armando Rollemberg, firmou acordos de cooperação e intercâmbio com as organizações de jornalistas de Moçambique, Angola, Nicarágua, República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), Portugal e Argentina. Há pouco tempo, a FENAJ assinou acordos com as organizações de jornalistas da União Soviética, China e Cuba. Os convênios prevêem, entre outros objetivos, intercâmbio de delegações de jornalistas para cur-

sos, palestras e visitas a meios de comunicação.

OIJ Defendendo a Liberdade

A Organização Internacional dos Jornalistas foi fundada em 1946, durante o Congresso da categoria reunido em Copenhague, Dinamarca. Seu principal objetivo é o de apoiar, por meios jornalísticos, a luta das forças progressistas mundiais contra todas as formas de imperialismo, racismo e opressão colonialista e lutar pela democracia, progresso social e paz duradouras.

Sediada em Praga (Tchecoslováquia), onde funciona a presidência, a OIJ tem várias vice-presidências em todo o mundo e escolas para jor-

nalistas em Budapeste (Hungria), Sofia (Bulgária), Havana (Cuba), Berlim Oriental (RDA) e na própria Praga. Mais de 100 países, através das organizações de jornalistas, participam da OIJ, que tem hoje ao redor de 240 mil filiados em todo o mundo.

No Brasil, a representação da OIJ é feita pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), cujo presidente, Armando Rollemberg, é um dos vice-presidentes para a América Latina.

Sustentada e organizada financeiramente pela Loteria Internacional de Solidariedade dos Jornalistas (com sorteio todos os anos no mês de dezembro, em Praga), a OIJ utiliza os valores arrecadados para apoiar as organizações progressistas de jornalistas da Ásia, África e América Latina na busca da liberdade e independência em várias regiões do mundo, na assistência técnico-profissional e financiamento de cursos aos jornalistas. A OIJ possui também centros de recreação, serviços editoriais e técnicos e confere, anualmente, aos jornalistas, o Prêmio Internacional de Jornalismo e contribuições à paz mundial, ao desenvolvimento de uma Teoria do Jornalismo e ao desenvolvimento da cooperação entre jornalistas.

Overseas

Outra Associação Internacional de Imprensa, o "Overseas Press Club" de Nova Iorque, enviou telegramas de protesto aos governos de 21 países que mantêm jornalistas presos ou seqüestrados. Segundo a organização, Vietnã, Turquia, China e Israel são os países que tem maior número de jornalistas presos.

Quatro tiros calam repórter no Pará

Era sábado à noite, dia nove de abril, e o repórter Antônio Ismar da Costa Alvarenga foi jantar num pequeno restaurante da cidade de Marabá, interior do Pará. Comia tranquilo olhando o noticiário que passava na televisão pendurada na parede, quando um automóvel Voyage parou na porta do prédio. Um homem desceu do carro, entrou correndo e perguntou pelo nome dele. "Sou eu", respondeu Antônio Ismar. O homem tirou um revólver do bolso e, com rara precisão, lhe acertou quatro tiros, todos no osso frontal, na testa. Trabalho de profissional.

O homem do revólver não foi mais visto, o Voyage ainda teria ressurgido, trocado tiros com a polícia, mas também sumiu. No chão do bar, no sábado à noite, ficou estendido o corpo de Antônio Ismar. Não foi uma briga de bêbados, o homem nem bebia. Aos 37 anos, solteiro, Antônio Ismar era crente da Igreja Batista. Piauiense, há quatro anos estava em Marabá como correspondente da Folha do Pará, jornal de Belém.

"Posso até morrer", ele dizia para seus colegas do Correio de Tocantins. "Mas não vou mudar". Há cinco meses, Antônio Ismar havia sido espancado por um grupo de pistoleiros na principal praça da cidade. Quem mandou espancar foi a família Mutran, composta de latifundiários e grileiros de terra, gente da U.D.R. Os colegas de Antônio Ismar lhe aconselharam prudência, ele não era da terra, não conhecia as regras do jogo. No interior do Pará vigora uma única lei: a lei do cão. Seus colegas estavam amedrontados, as matérias de Antônio Ismar eram consideradas "ofensivas" aos homens fortes da região, ficou perigoso ser jorna-

lista por lá.

"Ele era inteligente", conta um colega que pediu "pelo amor de Deus" para não ter o seu nome citado. "Desde que veio para cá, eu aprendi muito com ele". Antônio Ismar tinha alma de repórter, queria saber tudo, quem comandava os massacres de posseiros na região, quem contrabandeava o ouro de Serra Pelada. Os jornalistas mais antigos na cidade avisavam: "Você está em Marabá". "Posso até morrer", Antônio Ismar respondia, e continuava contando a verdade.

CRIANÇAS PENDURADAS

Massacres ao estilo da Idade Mé-

dia continuam sendo efetuados no Brasil, a uma década do ano 2000, sob o olhar complacente das autoridades e a indiferença geral da nação. O assassinato de Antônio Ismar, que passou despercebido para a maior parte dos brasileiros, provocou um telegrama de protesto da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), exigindo do ministro da Justiça, Paulo Brossard, a elucidação do crime. Mas a investigação está a cargo da Polícia Militar do Pará, a mesma que há um ano atrás foi acusada de genocídio pelos bispos da região.

"Tendo a sede da fazenda do Banco Bamerindus como quartel-gene-

ral e sob o comando do Capitão Saldanha, cerca de 100 soldados e pistoleiros com fardas da PM, portando fuzis e metralhadoras, investiram contra os povoados. Mulheres esturpadas, crianças amarradas e penduradas pelos cabelos, obrigadas a servir de chamariz para os pais; homens amarrados e espancados com corinha de fuzil, pisoteados e chutados, forçados a comer excrementos de animais, engolir cigarros e folhas com espinhos; bombas de gás lacrimogêneo atiradas no templo da Assembleia de Deus; tiros ininterruptos e espancamentos dentro da igreja católica; cabelos cortados a facão; contínuas ameaças de depravação

sexual; saques e roubos generalizados; interrogatórios sob coação na sede da Fazenda Bamerindus; mulheres grávidas e crianças tendo que rastejar na lama e entre formigueiros enquanto as balas zuniam por sobre suas cabeças. Assim pretendeu-se levar a paz e a tranquilidade ao campo", horrorizam-se os bispos.

Dom Altamiro Rossato, bispo do Marabá, dom Patrício Hanraran, de Conceição do Araguaia, dom José Elias Chaves, bispo de Cametá, e dom Erwin Krautler, bispo do Xingu, são das poucas pessoas que conseguem falar do que se passa no sul do Pará, onde uma freira foi assassinada há dois anos e constantemente os padres são ameaçados de morte.

"Esses acontecimentos são aterradoros", denunciam os bispos. Mais aterrador ainda é o fato de que eles são apenas uma pequena amostra do terror que nosso povo está vivendo. Assustador é o quadro de trabalho escravo em toda a região".

"O que dizer das incontáveis prisões ilegais e despejos arbitrários, dos bárbaros assassinatos com mutilações e torturas?", perguntam os bispos. "O que dizer da impunidade total e da cumplicidade descarada da polícia, do Poder Judiciário e mesmo do Executivo?". Por tentar responder a essas perguntas, cumprindo a sua obrigação profissional, Antônio Ismar da Costa Alvarenga, 37 anos, tombou morto no dia nove de abril, doze anos antes do ano 2000, quando a Civilização Ocidental pretende fazer um homem pisar no planeta Marte, como prova de seu alto grau de civilidade.

A informação pelo telefone

O código é 091, e os números dos telefones o Serviço de Informações DDD fornece gratuitamente. Qualquer órgão da imprensa do sul do Brasil poderia ter feito o mesmo que este Jornal Laboratório, e publicado matérias sobre o assassinato do jornalista Antônio Ismar ou sobre o massacre denunciado pelos bispos do Pará. No entanto, a imprensa se omitiu.

Apesar do baixo custo de um telefone DDD, diante do aparato industrial de produção de notícias, tornou-se rara a iniciativa dos órgãos de imprensa em busca da informação que possa interessar o seu público. Em vez disso, adotam a atitude passiva de noticiar o que lhes enviam as "agências de notícias" de que se tornam assinantes.

As notícias do Pará só nos chegam

depois de passar pelo filtro das agências Globo (da família Marinho), Jornal do Brasil (da família Nascimento Brito), Folhas (da família Frias), Estado (da família Mesquita) ou EBN (atualmente sob controle da família Sarney). Assim, se o assassinato do jornalista Antônio Ismar, pela vinculação que possa ter com interesses econômicos de grandes grupos do centro do país, porventura for considerada inconveniente por esses cinco famílias, não chegará ao conhecimento da população.

Há dez anos, a coragem de um cinegrafista da rede de televisão ABC, de manter a câmera no ombro, enquanto militares nicaraguenses assassinavam na sua frente o repórter Bill Stewart, foi fundamental para precipitar a queda da ditadura

de Anastacio Somoza, e evitar com isso um sem número de outras atrocidades. Há quatro, a decidida cobertura da imprensa de Brasília ajudou a mandar para a cadeia os assassinos do jornalista Mário Eugênio, tidos até então como todo-poderosos e inatingíveis.

Não se espera, de todos os profissionais da imprensa, o heroísmo do cinegrafista da ABC ou do correspondente da Folha do Pará assassinado agora em Marabá. Mas se exige um mínimo de interesse pela informação, no mínimo pela informação tomada sem risco de vida, a três mil quilômetros de distância, pelo telefone.

Eduardo Meditsch

Carlos Eduardo Caê

Floripa: terra de sol, mar e ratos

FOTOS: PHILIPPE ARRUDA/ZERO

Ratinhos e ratões, na Ilha são dois milhões. Não tem?

— Olhe, um rato! Nossa, que cheiro! Ui, que nojo! Estas são algumas palavras que dizemos ou ouvimos quase que diariamente. Florianópolis vive, e não é de hoje, o caos da poluição. Há meses atrás, enquanto líderes de moradores de bairros, prefeitura e ecologistas discutiam o novo endereço do lixão e a construção de uma usina para sua decomposição, a cidade estava, literalmente, entregue às baratas. A proporção de ratos, para cada habitante de Florianópolis, era de seis para um. Imaginem hoje, cerca de dois milhões.

Se alguém quiser ver um rato, a qualquer hora do dia ou da noite, ponha a cabeça para fora da janela de sua casa, ou se preferir vê-los reunidos, dirija-se a lugares públicos, como o largo da Catedral, o calçadão da Felipe Schmidt ou a praça XV de Novembro. Às vezes eles aparecem de surpresa, em lugares bem originais, como em cozinhas de famosas lanchonetes do centro da cidade. Ou então, como pôde observar o comerciante Walmor Machado, 20 anos, um destes astutos bichinhos repousando em cima de um sofá, exposto na vitrine da Imcosul, na rua Álvaro de Carvalho, também no centro de Florianópolis.

Esta mesma rua, ou alguns trechos da Felipe Schmidt e da Avenida Osmar Cunha, são exemplos de mau cheiro e sujeira que estão ganhando mais popularidade que as fedidas avenidas Hercílio Luz e Rubens de Arruda Ramos, a frequentada Beira-Mar Norte.

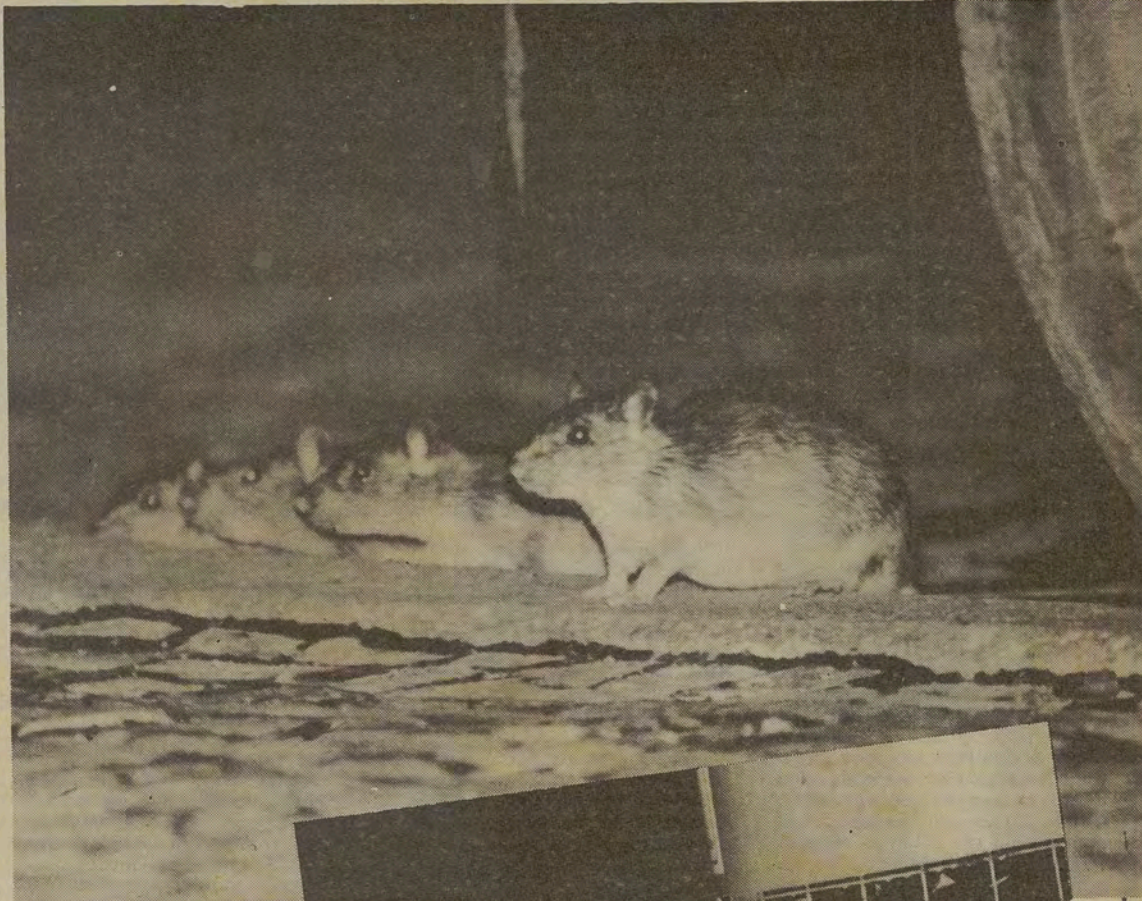
Nestes locais, o que predomina nas calçadas não são pedestres, mas sim, uma legião de baratas e sacos de lixo. Muitos edifícios do centro urbano já tomaram providências, como por exemplo o edifício Ilhéus, próximo à praça XV de Novembro. Os moradores resolveram fechar a lixeira, motivo que atraía as amiguinhas envernizadas para dentro dos apartamentos.

POVO X PREFEITURA

Dentro dos ônibus, não é de se estranhar o fato de uma baratinha ou outra subindo pelos bancos ou pela janela ao seu lado. Não se assuste, é normal. As minúsculas formiguinhas, também, subiram as paredes dos prédios montando seus quartéis gerais em vaso de flores e folhagens como se fossem aconchegantes jardins. Mas de quem é a culpa? Do povo, que não é educado quanto à higiene, ou da prefeitura, que não resolve o problema do lixo e dos esgotos? É digna de louvor a idéia da prefeitura de colocar cestos de lixo em cada poste que se encontra. Mas sem sacos plásticos? Os caminhões da COMCAP passam diariamente para levar o lixo, porém deixam metade espalhado pelas ruas. É louvável também, se encontrar garis à qualquer hora da madrugada varrendo a sujeira. Em contrapartida, basta qualquer reuniãozinha popular na rua, para que o local encha de entulhos.

Do jeito que está, parece que os bichos estão compreendendo os humanos, saindo de seus nichos e se espalhando ao som dos Titãs: ...Bichos escrotos, saiam dos esgotos/Bichos escrotos, venham enfrentar/Meu lar, meu jantar, meu nobre paladar.

Marcos R. Cardoso



Cidade tem dois milhões de ratos e a atuação da prefeitura garante que vem mais por aí. No terminal Rita Maria, alguns já fazem até fila.



Futebol do estado é ótimo, se a bola for maior



Você se lembra do bom futebol catarinense? Aquele bem organizado, que revelava craques como Valdo, Zenon, e Lico? Claro que lembra. Ele foi substituído, durante alguns anos, pelo antijogo, pela violência, pela desorganização e por outros problemas extracampo. Mas parece que ele está retornando aos estádios, e o torcedor de Santa Catarina se tornando um privilegiado, já que na maior parte do Brasil, o futebol está decadente e carente de bons jogadores.

O campeonato catarinense deste ano está sendo uma agradável surpresa, com boa organização, disciplina, equilíbrio entre as equipes, e um bom comparecimento do público em jogos de seus clubes. A disciplina dos jogadores, técnicos e diretores melhorou muito, em relação aos anos anteriores, a ponto de nenhum processo estar entregue ao STJD (Superior Tribunal de Justiça Desportiva),

e haver uma luta constante dos desportistas para acabar com a violência.

As duas grandes potências do futebol catarinense nos últimos anos, Joinville e Criciúma, terão muitas dificuldades para conquistar o título. O Marcellio Dias, o Brusque, o Blumenau e a Chapecoense poderão surpreender, já que estão fazendo uma bela campanha. A tradição de Avai e Figueirense em jogos decisivos, é um motivo que os tornam também concorrentes à conquista do campeonato.

Outra boa surpresa é o bom número de torcedores que estão prestigiando os jogos e proporcionando recordes. O clássico da capital, Avai e Figueirense, realizado no dia 6 de abril, apresentou uma arrecadação de aproximadamente 3,5 milhões de cruzados, com um número superior a vinte mil torcedores, estabelecendo um novo recorde de renda e pú-

blico em Santa Catarina.
TRANQUÍLO

Com o fantasma do rebaixamento para a Segunda Divisão ameaçando os últimos colocados na tabela de classificação, aconteceram alguns casos de violência causados pelas torcidas, como no jogo entre Próspera e Joinville, no dia 20 de abril, em Criciúma. O campo foi invadido por furiosos torcedores inconformados com a confirmação do terceiro gol joinvilense.

Afora estes incidentes, o campeonato segue tranquilo e sem maiores problemas.

Num país onde o futebol está em crise, o campeonato deste ano até que apresentou melhoras, com uma boa média de gols por partida, bom número de torcedores nos estádios e boas arrecadações, comprovando um nível superior a de muitos estados. Numa rápida comparação com os campeonatos carioca e paulista,

considerados os melhores do Brasil, é possível dizer que é mais organizado. Um exemplo é a violência no futebol do Rio de Janeiro, que já fez duas vítimas graves, Mauricinho, do Vasco da Gama, e Renato, do Flamengo. E caso providências mais sérias não sejam tomadas para coibir o antijogo dentro do campo, o rubro-negro carioca ameaça abandonar o campeonato. Sem falar no paulista, que como o do Rio de Janeiro, tem na violência e na desorganização, suas principais características.

A imprensa tem colaborado muito pelo bom andamento do campeonato até aqui, pois tem dado um grande apoio ao futebol, com transmissões de jogos, e incentivando sempre o torcedor a comparecer aos estádios e torcer pelo seu clube favorito.

Rafael Maselli



FOTOS: PHILIPPE ARRUDA/ZERO

Sarney avança na Universidade

GREVE

O presidente resolveu tirar o déficit de seu governo das contas da educação: parou tudo

Em 28 de janeiro o presidente da República assinou os decretos números 95.682 e 95.683. Isso foi a gota d'água que faltava para que transbordassem mobilizações nas universidades, culminando com a paralisação das atividades da UFSC durante seis dias. Pelos decretos, ficaram proibidas a contratação de professores e funcionários, mesmo os aprovados em concursos já efetivados; a contratação dos professores visitantes e/ou substitutos previstos nos Planos Departamentais; e abertura de concursos para novas vagas, necessárias ao funcionamento da Universidade. Os cursos de Arquitetura e Computação, atingidos desde o início do semestre, já estavam em greve quando a Assembléia Geral Acadêmica do dia 6 de abril, uma quarta-feira, decidiu parar as aulas até a segunda-feira seguinte.

No dia 7, com 30 cursos parados, os estudantes fizeram uma vigília no prédio da Reitoria, dentro do cronograma de atividades de greve. A seguir, se dirigiram até a Praça XV de Novembro, e, junto com alguns secundaristas e militantes da CUT e demais entidades populares, saíram em passeata pelo centro de Florianópolis em direção ao Terminal Rita Maria. Eram quase 18 horas quando as mil pessoas encontraram 500 policiais militares, democraticamente convocados para "impedir distúrbios a qualquer preço", no dizer do Coronel Waldir Pacheco Filho, que comandava a operação. Diante da "muralha" de homens e cavalos, a solução encontrada pelo Comando de Mobilização, depois de conversações intensas foi fazer uma espécie de corrente de estudantes atrás da fileira de soldados que impedia o acesso à ponte Colombo Salles, gritando palavras de ordem que exigiam a "imediate revogação dos decre-

tos". A população se solidarizava com o problema dos universitários, buzinando e incentivando de dentro dos automóveis.

O Fim Agonizante

Nessa mesma terça-feira, o Reitor Rodolfo Pinto da Luz não conseguiu a audiência que pretendia com o ministro da Educação, o que acabou fortalecendo a calorosa "acolhida" que os universitários deram ao presidente Sarney no dia seguinte (ver matéria). A tarde da quarta-feira, aconteceu a manifestação na frente da Delegacia Estadual do MEC, reunindo duzentos estudantes, quando o Comando de Mobilização conseguiu conversar com o Delegado Bulcão Vianna, que prometeu encaminhar as solicitações ao ministro Hugo Napoleão.

A Assembléia Geral Acadêmica da segunda-feira seguinte, dia 11, juntou dois mil estudantes que decidiram pela continuação da greve até a quarta. No entanto, uma falha grave impediu que as mobilizações dessem certo: o calendário de atividades só foi discutido após aprovarem a paralisação, quando a AGA já estava esvaziada. Em consequência, a vigília marcada para o dia 12 não teve maiores repercussões.

Por solicitação do Pró-Reitor de ensino, Bruno Schlemper, o Reitor Rodolfo Pinto da Luz, cortou o salário dos professores grevistas do Colégio de Aplicação e do Departamento de Arquitetura. Schlemper argumentou que a medida era "apesar cautelosa" e que os salários seriam devolvidos se as aulas fossem posteriormente recuperadas. Em virtude dessa atitude, boa parte da comunidade acadêmica ficou sensibilizada, o que levou à Assembléia do dia 13 uma massa de alunos e professores que desejavam o final da greve.

E isso efetivamente aconteceu. Por uma diferença de 15 votos, decidiu-se pelo encerramento da paralisação, após uma Assembléia Geral tumultuada que acabou por quebrar a unidade dos estudantes, em virtude da própria Diretoria do DCE ter "rachado" em dois blocos distintos, um a favor e outro contra a continuidade da greve.

Conivência com a Privatização

Em todo esse contexto, a posição do Reitor Rodolfo Pinto da Luz foi no mínimo, contraditória, para não dizer oportunista. Desde o princípio do ano, o Reitor se colocava a favor das reivindicações da comunidade acadêmica, mas sempre aplicou as determinações do MEC. Rejane Gomes, presidente do DCE Luís Travassos, acredita que essa posição tem a ver com o fato do "reitor da UFSC ser, ao mesmo tempo, presidente do CRUB (Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras)", o que o torna uma figura visada pelo Ministério da Educação, devido às posições fortes que a entidade tem assumido em defesa da Escola Pública e Gratuita. Por isso, e desejando a indicação de Bruno Schlemper, seu sucessor ideológico para a reitoria, Pinto da Luz "assume a política de conivência com a demagogia política do MEC, cujo único objetivo é privatizar todo o sistema de educação brasileiro", afirma Rejane.

Essa perspectiva parece ser verdadeira. Após a substituição de Jorge Bornhausen por Hugo Napoleão, os rumos da Educação brasileira tiveram uma "guinada à direita" ainda mais acentuada. Os últimos pacotes econômicos do governo Sarney ("tudo pelo anti-social", conforme cartaz dos universitários grevistas) tiveram critérios tão evidentes de ataque aos servidores públicos, e, em especial, à Universidade, que acabaram por desestimar os profissionais da área, incentivando-os à demissão e à aposentadoria, o que aumenta ainda mais a falta de professores. A mesma política reacionária que destruiu a qualidade de ensino no Brasil através de "acordos MEC-USAID" e Atos Institucionais, hoje tenta por todos os meios, privatizá-la, sob o pretexto de ineficiência. "A política atual não se diferencia da Ditadura", afirma a presidente do DCE da UFSC. No entanto, ainda há a esperança de que "quando mais se reprime, mais se gritará".

Jacques Mick

GREVE

DERROTA

A Universidade não resistiu

A omissão racha o movimento e a greve vira fiasco

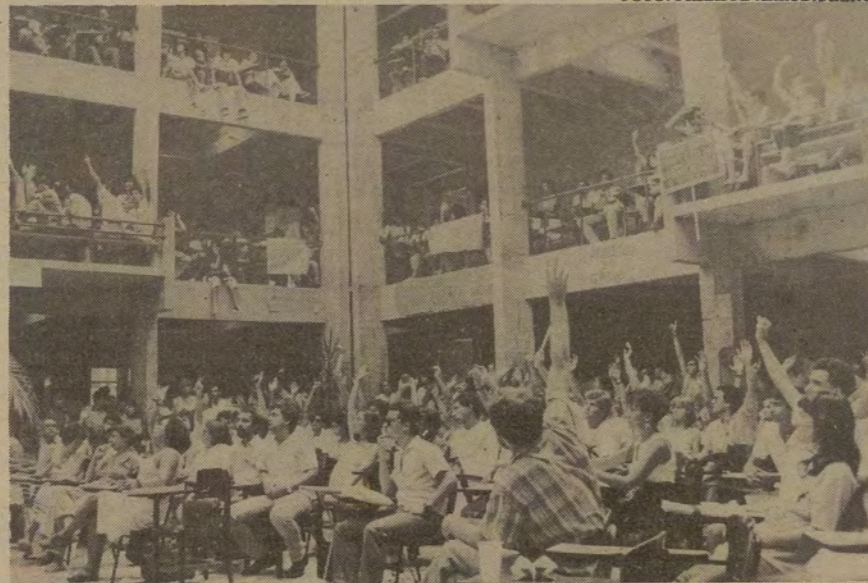
Faz quase um mês que terminou a greve da UFSC e os problemas continuam estourando em todos os cursos. A Computação está com 35 turmas sem aula, a Nutrição sem 3 coordenadores de estágio e a Arquitetura teve que sobrecarregar seus professores com um maior número de horas de ensino (horas/aula). Estes foram os cursos mais atingidos no início das aulas.

O movimento iniciado a 15 de março, visando a revogação do Decreto que proíbe a contratação dos professores, mobilizou grande número de estudantes.

Após uma série de Assembléias, no dia 13 de abril, com a presença de 1.437 participantes, a diferença foi de apenas 15 votos favoráveis ao fim da paralisação.

Segundo Luiz Henrique, do Departamento de Ensino do DCE, a greve terminou porque a UNE não articulou o movimento a nível nacional. As outras Universidades tiveram que entrar em contato com o DCE para obter informações, já que a União Nacional dos Estudantes se omitiu de transmitir os fatos.

Durante todo o movimento, o Diretório Acadêmico defendeu a proposta de uma greve geral. Mas na Assembléia do dia 13 foi a favor do fim da paralisação. Luiz Henrique disse que no dia



Nas Assembléias, o esforço para segurar o movimento

anterior à Assembléia Acadêmica, o comando geral de greve (DCE, APUFSC e UCE) e quatro CAs, entre eles o de Economia e Computação, reuniram-se, elaborando duas propostas: parava-se a greve ou buscava-se um movimento a nível nacional, concluindo que não se podia mais viver de assembléias. Estas propostas não foram apresentadas pelo comando, pois existiam divergências, não se chegando a um consenso geral.

Para o DCE, a greve geral acadêmica foi vitoriosa. Ela conseguiu mobilizar os estudantes, que se conscientizaram da importância de não estar gritando contra a Reitoria e os professores, mas lutando pela revogação do Decreto Sarney, o DCE considerou como principal conquista a suspensão do corte do salário

dos professores. Mas para Nelson Popini Vaz, Chefe do Departamento de Arquitetura, isto não foi uma vitória, porque os professores foram obrigados a retornar à aulas sem conseguir nada, e o Departamento teve que enviar planos de recuperação de aulas à Pró-Reitoria de Ensino.

O curso de Arquitetura entrou em greve, pois não pôde oferecer 21 turmas, devido à suspensão da contratação de dez professores. Para Nelson Popini, a Reitoria dificultou o início das aulas, pois cancelou os pedidos de matrícula, sem antes ter consultado o Departamento.

Após a Assembléia Geral da Arquitetura, foi feito um remanejamento, já que a Reitoria prometeu que a sobre-

carga de ensino será provisória conseguindo reduzir o problema para uma turma sem aula. O grande problema, para Popini, foi a redução da carga horária de extensão e pesquisa dos professores, e o atraso de seis meses para a turma de formandos.

O Departamento de Computação foi o mais atingido. Das 43 turmas inicialmente sem aulas, somente oito foram regularizadas. O CEPE (Conselho de Ensino e Pesquisa da UFSC), pressionou os professores de Computação para assumirem primeiro as disciplinas de seu curso, e sugeriu que os estudantes de pós-graduação assumissem as turmas sem professores. Eles receberiam de pagamento uma bolsa equivalente ao salário de um professor horista.

Outro departamento prejudicado foi o de Nutrição, não podendo contratar quatro professores já concursados, sendo três para turmas de estágios, prejudicando assim a formatura dos alunos. Para Maria Cristina Marcon, subcoordenadora, "a situação não melhorou em nada depois da greve, somente aumentaram as dificuldades, pois os alunos irão recuperar os dias parados durante as férias de julho".

A diferença desta greve para as outras ocorridas na UFSC, foi que desta vez a comunidade tomou conhecimento da real situação vivida pelos estudantes. Fora isso, terminou como sempre: a situação não foi resolvida.

Daniela Aguiar e Sabrina Franzoni

A greve na opinião dos que não quiseram parar

A greve em sinal de repúdio aos decretos 95.682 e 95.683, que proíbem a contratação de novos professores, com o intuito de cortar os gastos do governo e reduzir o déficit público, acabou não tendo sequer seu esqueleto formado: a paralisação total de estudantes e professores. Os motivos desta não-adesão são os mais variados, desde os pessoais, como dos que não querem perder suas férias, aos que acham que dentro do movimento há outros interesses (o envolvimento de partidos políticos, por exemplo) que fogem aos objetivos propostos.

Porém, em um ponto os não-grevistas são praticamente unânimes: uma greve de uma universidade isolada não tem força para derrubar um decreto, e a falta dos professores reclamados pelo movimento não é um problema assim "tão real".

"O governo errou pegando a Educação, aliás sempre tenta acabar com o déficit massacrando a Educação", critica

uma professora do departamento de Engenharia Civil, que preferiu não se identificar. Mas seu protesto fica na teoria:

"cancei de greve, é uma minoria que pára". Outro professor, do curso de Matemática, classificou o movimento como "murro em ponta de faca" e totalmente incoerente com as razões que o levaram a acontecer: "você já viu greve derrubar decreto?" Seu ponto de vista é compartilhado com um aluno do curso de Odontologia, que acha que "pressão não resolve". Tiveram que mudar de opinião, pois dois dias após, a greve dos estudantes das escolas particulares do Rio de Janeiro acabaria com o decreto que liberava os valores das mensalidades escolares.

O outro ponto — o da falta de professores — é bastante polêmico. Os alunos diretamente atingidos vêem a situação como "um caos", e acham que a solução é mesmo uma greve. Os que não paralisaram pensam que é apenas uma questão

de organização; o remanejamento, segundo eles, é o caminho. "Há muitos professores com a carga horária reduzida e que, com o apoio de outros, recusam-se a ampliá-la, mesmo quando possível", diz um professor. "Há professores contratados pela UFSC mas que trabalham para o governo municipal ou estadual", complementa um aluno de Física, que lembra imediatamente os populares funcionários fantasmas.

Mas esse remanejamento não prejudicaria a qualidade de ensino? "Não, a verdadeira prejudicada será a pesquisa, que terá menos horas dedicadas à ela", corrige um professor de Matemática. No entanto, esse não é o pensamento da maioria dos alunos não-grevistas. Para eles, o mais lesado é mesmo o ensino, pois "muitos docentes saem para fazer suas pesquisas e maioria não apresenta sequer resultados concretos".

Mas a não-adesão à greve não significa a aceitação dos decretos. No curso de

Fabiano Melato e Deise Freitas



Relembrando a ditadura militar...



a PM encostou nos estudantes...



sentiu o hafo da manifestação...



e levou a melhor na força bruta.

O presidente passa e o cassetete baixa

Devido à impopularidade dos decretos de sua autoria e a sua inquestionável ilegitimidade no poder, o presidente da república tem conhecimento que ao passar, hoje, em qualquer parte do país, gera manifestações de protestos geralmente reprimidas por militares que pretendem a falsa sensação de tranquilidade. No dia oito de abril, uma sexta-feira, em Florianópolis, não foi diferente: o governo estadual esforçou-se, através de um forte aparato militar, para impedir que manifestantes se aproximassem de José Ribamar Sarney em sua visita a Santa Catarina. E como sempre, Ribamar ficou lá e o povo ficou aqui.

Tratava-se da primeira visita de Sarney ao estado como presidente da república — anteriormente ele já tinha vindo como presidente do PDS — que passaria por Florianópolis rumo a São Joaquim para participar da Festa da Maça. Em plena mobilização dos estudantes e alguns professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) pela revogação dos decretos de números 95.682 e 95.683 que proíbem a contratação de professores na rede federal, a presença do presidente era ideal para uma manifestação. Organizados com faixas e cartazes, palavras de ordem e com o apoio de entidades sindicais, cerca de 400 estudantes "tomaram" o aeroporto Hercílio Luz.

Os estudantes chegaram às 11h30min e o desembarque de Sarney, acompanhado da primeira dama, Marly, estava prevista para o início da tarde. Bem antes dos estudantes, porém, chegaram 200 soldados da Polícia Militar, armados, agentes de segurança do presidente vindo de Brasília no início daquela semana, e um contingente de soldados da Aeronáutica, munidos com fuzis HK com capacidade para 40 tiros. A intenção era não deixar ser ameaçada a tranquilidade do presidente e ele não poderia ouvir sequer uma voz de protesto contra seus atos de governo. Hábeis em situações como essa, os policiais logo impediram, a seu modo (aos empurrões), que os estudantes permanecessem sequer dentro do aeroporto.

ESCADA A BAIXO

À medida que entravam no aeroporto, os manifestantes subiam ao segundo andar e tentavam colocar-se na sacada de onde poderiam observar a pista e, de lá, gritar palavras de ordem e mostrar faixas. Mas o comandante geral da PM, Guido Zimmerman, determinou que os policiais retirassem os manifestantes que não haviam conseguido nem chegar à sacada, já que as largas portas de vidro estavam trancadas com cadeados. "Abaixo à ditadura, abaixo à fechadura", berravam os manifestantes.

Dá a serem empurrados escada a baixo foi um passo. A presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFSC, Rejane Gomes, afirmou que houve agressão porque foi cerceado o direito de uma manifestação pacífica.

"Fomos empurrados com cassetetes", indignou-se. O contingente militar já havia expulsado os manifestantes para o outro lado da rua em frente ao aeroporto e o deputado Iraj Zílio, líder do governo na assembléia legislativa, ensaiou uma mediação para o caso. Ele disse que iria intervir junto ao governo para que os manifestantes permanecessem no aeroporto. Mais tarde falaria à imprensa que o governo não tinha outra saída senão impedir a manifestação, pois qualquer incidente recairia sobre os ombros do governo do estado.

Na pista do aeroporto, quando Sarney desembarcou às 13h50min, tudo parecia muito bem. Os estudantes gritavam pela melhora de ensino do outro lado mas o presidente não escutava enquanto cumprimentava, uma a uma, 32 autoridades de SC enfileiradas entre o avião Búfalo da FAB e o avião que o conduziu a São Joaquim. Antes da chegada de Sarney, no momento em que os estudantes foram retirados à força do interior do aeroporto, parte da imprensa não presenciou o fato. Por "coincidência", repórteres e fotógrafos credenciados para permanecerem na pista foram conduzidos para o local de desembarque no exato instante em que os manifestantes sofreram empurrões. Evitando a manifestação contra o governo federal — que foi canalizada contra deputados e secretários do governo viajados e "cuspidos" na saída do aeroporto — Pedro Ivo demonstrou, mais uma vez, sua solidariedade aos cinco anos — ou até seis — para José Sarney, numa transição que parece sem fim.

Linete Martins



Mas tem a volta...

Coronel da repressão não é revolucionário por causa dos estudos

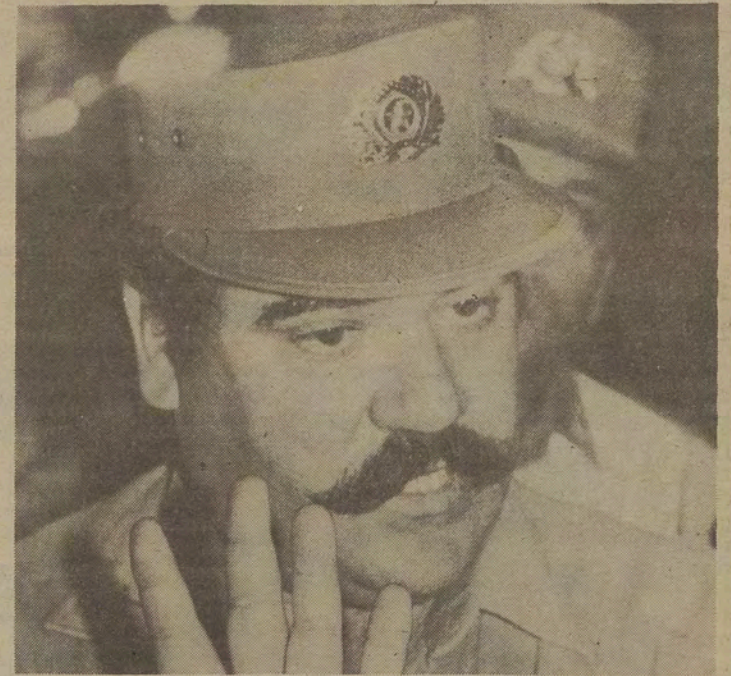
O coronel Waldir Paçeco Filho, 48, comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina e, portanto, dos 500 policiais que impediram o fechamento da Ponte Colombo Salles, namorava cassetetes, baionetas, escudos, botinas e bombas de gás lacrimogênio, em 1968. Era um baixo-troncudo formando da Academia de Oficiais da PM, em Florianópolis. O bigode expesso empresta-lhe um ar de xerife que se confirma com o revólver na cintura.

Não teve participação direta nos movimentos que chacoalharam a época, "não que fosse aliado", faz questão de ressaltar. Sua principal preocupação era o estudo — dar conta de uma carga horária de 20 disciplinas. Não sobrava tempo para pensar em revolução. Nunca militou em movimento algum, mas virou militar.

Contador (não de histórias) diplomado pela Escola do Comércio São Marcos, da Capital, cel. Paçeco permaneceu na

academia militar de março de 64 a dezembro de 68, auge da agitação popular no Brasil e no mundo. Atribui a sua letargia política ao regime de internato, à defasagem dos meios de comunicação (que traziam notícias ultrapassadas) e à quase inexistência de lideranças estudantis no Estado. "Só aconteciam manifestações esparsas; hoje os estudantes participam mais da política em função da proliferação dos meios de comunicação", afirma.

Quanto à greve, diz, "todos têm direito de reivindicar, desde que respeitem a liberdade dos outros. Um movimento impositivo se torna perigoso. Onde há tumulto há riscos de violência, dos dois lados". Visivelmente tenso durante as manifestações na ponte, ele insiste que esteve calmo, sentiu o temor dos estudantes e que, como "profissional", encontrava-se ali para achar um ponto de equilíbrio. "Em greve não se faz acordo", dispara.



O coronel estudando

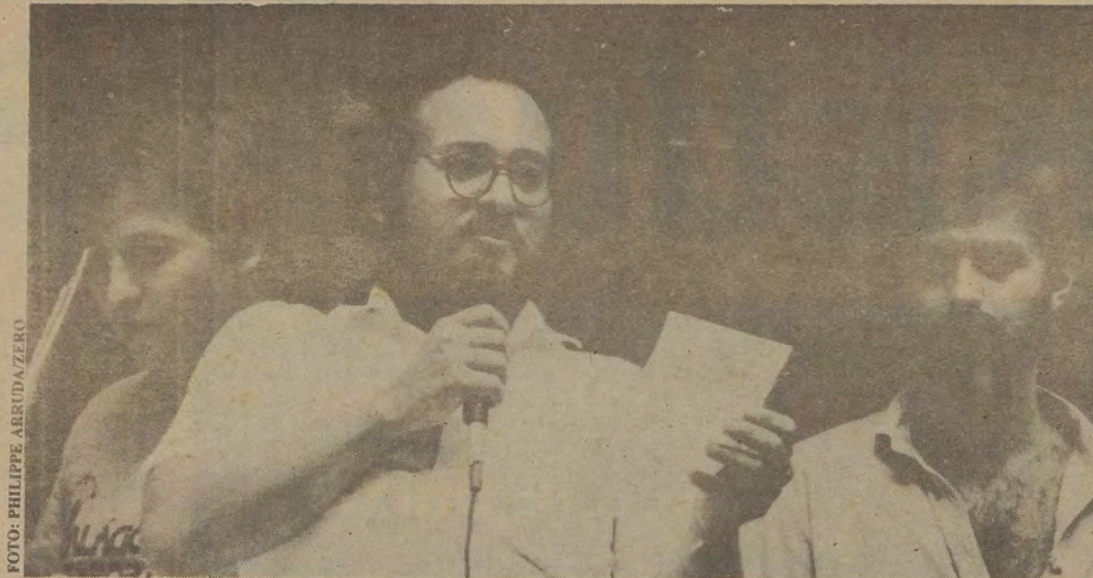


FOTO: PHILIPPE ARRUDA/ZERO

O professor ensinando

Fletes não foi à guerra porque queria ensinar

GREVE

O maestro da greve, professor José Fletes, 37, secretário-geral da APUFSC, por pouco não foi guerrilheiro sandinista. Chegou a treinar manobras nas barricadas, aprendeu a fazer coquetel molotov e bomba "M" (corrosivo feito de merda, ácido sulfúrico e sulfeto de amônia), mas faltou estatur. e resistência física a este baixinho, pé chato, barba à la Fidel para ir ao front. Tornou-se divulgador dos combates.

Desde os sete anos, o pai, casado por 10 anos, leva-o ao Sindicato dos Motoristas. Aos 13, discute com seu "velho" a "plus valia", taxa de lucro de "O Capital" de Marx. Batiza-se na política estudantil aos 14, com uma surra de cassetetes da polícia de Nicarágua. No ano seguinte, é "crismado" na prisão de dois dias, por ter satirizado, como sócia, um tenente da guarda do ditador Anastácio Somoza, numa greve contra o aumento do preço do leite.

Em 1968 — ele se emociona quando lembra — participa do

maior manifesto público de sua vida: 50 mil pessoas comprimem-se, deitadas (para anular a ação policial) na principal avenida de Manágua, a Roosevelt (hoje Sandino), cantam e gritam contra a ditadura. "Foi a prova de fogo para meu posicionamento político-ideológico. Fiquei ao lado dos explorados". Ainda neste ano encarrega-se da diretoria de divulgação do diretório acadêmico do Instituto Nacional Central Ramires Goyena — o IEE dos nicaraguenses. Os estudantes impedem, à base e barricadas, uma intervenção no Instituto. Recebem notícias da "passada do milhão", do Rio de Janeiro.

Fletes nem sonha em academia militar, a não ser nos pesadelos da repressão. Ingressa na Universidade Nacional Autónoma da Nicarágua e assume o trabalho de imprensa do diretório acadêmico. Mais um passo e está na Frente Estudantil Revolucionária-FER — braço estudantil da Frente Sandinista de Libertação Nacional-FSLN. "A universidade, com um campus duas vezes o tamanho do da UFSC, era um dos territórios livres da Nicarágua pré-revolucionária. Ali circulavam as obras proibidas de Sandino, do padre-poeta Ernes-

to Cardenal (atual ministro da Cultura) e até o "Livro Vermelho" de Mao Tse Tung", recorda um Fletes marxista.

Em 1970, a guarda nacional ameaça os pais (funcionário público e doméstica) com a "terrível" possibilidade de virem a ter um guerrilheiro. A família coloca-o na prensa (não no jornal): ou entra na FSLN ou sai do País. Fletes, aconselhado pelo movimento estudantil, opta pela segunda. Entre EUA (para onde tinha bolsa de estudos, mas nenhuma identidade ideológica), México e Brasil, escolhe a ditadura militar, atraído pela língua, o futebol, o samba, as mulatas, as canções de Roberto Carlos, Nelson Ned...

Deixa seu País em 15 de fevereiro de 1971 e chega ao Rio de Janeiro como estudante-convênio, mas vai estudar em Porto Alegre, onde tem conhecidos. Forma-se em Engenharia Química em 76, faz outras especializações, filia-se aos comitês de solidariedade à Nicarágua. É admitido na UFSC em março de 77 e passa a militar no movimento docente.

Textos de Geraldo Hoffmann



Surfista arrasta Cristo pra água

FOTO: MARCOS IGNÁCIO/INSIDE

Ele se converteu no Santinho, entre uma onda e outra

Quem pensa que a vida de surfista se resume a festas, drogas, mulheres, enfim, uma vida a mil, pode começar a mudar de idéia: Os "Surfistas de Cristo" estão aí para comprovar que isto não é verdade. Eles integram o movimento "Atletas de Cristo", que tem a participação de vários desportistas de todo país, como o jogador Silas do São Paulo, Jorginho do Flamengo, o piloto de Fórmula Ford Alex Dias Ribeiro, além da participação de jovens e pessoas que se identificam com essa religião. Muitos surfistas abandonaram o ritmo de vida que vinham levando por acharem que estava "cheia de pecados", e por convite de amigos, decidiram entrar para o movimento. E assim passaram a acreditar "que o homem só está de bem consigo mesmo, quando está de bem com Deus".

O principal representante dos "Atletas de Cristo" em Santa Catarina é o surfista profissional Rubens Carlos Pereira, o Bita. Ele iniciou o movimento "Surfistas de Cristo" no país, sua conversão foi em 1982 quando estava surfando na praia do Santinho. Sentiu que precisava mudar de vida. "Eu era doído, só pensava em drogas, em ter um carro novo, muito dinheiro, muitas mulheres", relembra Bita. A partir desse dia nunca mais usou drogas, nem consumiu bebidas alcoólicas, e aboliu a idéia de fazer sexo antes do casamento. Há seis anos sua vida mudou radicalmente, hoje ele é o Presidente da Associação dos Surfistas de Cristo, e afirma: "Sou feliz, porque nasci de novo, na Bíblia está escrito que quem não nascer de novo não entrará no reino dos céus".

No início quando estava praticamente sozinho, teve que enfrentar muitos preconceitos. Seus amigos o chamavam de "louco", não acreditavam que ele pudesse ter mudado tão radicalmente. Foi o primeiro surfista no Brasil que colocou em sua prancha a inscrição: "Jesus Salva". O ato de ler a Bíblia antes das competições, foi um dos fatos que atraiu a atenção da imprensa nacional, que deu ampla cobertura para esse novo movimento. Logo após sua conversão, Bita não obteve bons resultados nas competições, mas mesmo assim não desistiu de surfar, acreditava que Deus estava com ele, e sendo assim tudo estava bem. Pensou várias vezes em desistir, mas sentiu que Deus não queria isso, ele conta, por exemplo, que num campeonato venceu os surfistas considerados favoritos. "Jesus estava em meu coração".

Nos campeonatos sempre são realizados encontros com os "Surfistas de Cristo", a nível mundial o movimento está sendo bem difundido. Em 1986, na Joaquina, foi realizado o Hang Loose Pro Contest, ele convidou Pierre Tostte e Dave Macaulay para participarem de um Seminário realizado no CIC. Os dois surfistas já faziam parte desse movimento em seus países.



Você não vê, mas Jesus está junto

CONVERSÃO

Várias pessoas que no início gozavam da manifestação religiosa, com o tempo foram mudando de idéia e hoje fazem parte desse movimento. Um exemplo é o amigo de Bita, o surfista profissional Ivan Junkes, que no princípio achava Bita "um louco". Hoje ele compartilha a mesma devoção a Deus. Ivan há pouco mais de um mês "estava na lama", como ele mesmo falou, vivia sob o uso de drogas, e estava perdendo o interesse pela vida. Foi aí que decidiu mudar, começou a frequentar as reuniões dos "Atletas de Cristo", e abandonou vários hábitos que possuía. Ele acredita que Deus colocou Bita em seu caminho, e se não fosse isso hoje estaria acabado.

O movimento alerta as pessoas em algumas coisas, como Ivam relata: "As pessoas devem ficar atentas e sentir a presença do Diabo, ele está em todo lugar, nós não o vemos, mas ele nos vê e sabe tudo que está acontecendo conosco, para isso é necessário que as pessoas se protejam com pensamentos positivos, vencendo assim o mal". Quando fala sobre a religião católica, ele acha que o que está escrito na Bíblia não está sendo realizado na prática. "As pessoas vão à Igreja como uma obrigação, e voltam para casa automaticamente".

Para Ivam, o Diabo está presente também nas letras das músicas. "O rock é o que mais propaga as idéias



FOTO: ÁTILA SBRUZUINSIDE

Bitá

sem música — só Jesus.

do Diabo", cita por exemplo o grupo Titãs, com o LP "Jesus não tem Dentes no País dos Banguelas", segundo Ivam, as músicas são "o próprio Satanás".

Quem entra para o movimento

"Atletas de Cristo", fica encarregado de levar a palavra de Deus para as pessoas. Para os adeptos que tem fé realmente, e que acreditam em Deus, adquirem até o poder de curar as pessoas, Ivan conta que já curou

algumas pessoas através da oração.

Os Centros Espíritas são encarados pelos adeptos ao movimento como "Casa do Demônio", pois para eles as pessoas que frequentam estas sessões não sabem que o Diabo finge ser o espírito das pessoas que eles invocaram. O conselho é para as pessoas não irem aos Centros. Com relação à loga, os adeptos acham que sua prática torna as pessoas muito individualistas, fazendo com que não sintam a necessidade de Deus.

Muitas pessoas não acreditam nesse movimento, algumas falam até que nas reuniões são feitas "lavagens cerebrais", pois a impressão é que há um certo fanatismo por parte dos adeptos. Ivam Junkes acha que as pessoas que falam mal, não têm o mínimo conhecimento, muitas nem foram à uma reunião. Ele conta que nas reuniões rolam papos bem descontraídos, onde algumas pessoas num certo momento passam a falar com Deus em outras línguas.

Para quem duvida do movimento "Atletas de Cristo", fica o convite.

E só ir nas reuniões que são feitas todas segundas-feiras na rua Othon Gama D'Eça, edifício Sol e Mar às 20:00h. Atualmente cerca de 70 jovens participam das reuniões.

Cláudia Finardi
Rute Enriconi

Reboição na corte: é a abolição

REPRODUÇÃO: ZULMAR BORTOLOTTI/ZERO

A elite achou mais em conta pagar salário

Março de 1888.

Arma-se aos poucos o teatro que tornará oficial o fim jurídico da escravatura no Brasil. Diversos estados, muitas cidades e centenas de fazendeiros já libertaram seus escravos. A cada dia as coisas se tornam mais difíceis para os escravagistas. O Gabinete liderado pelo Barão de Cotegipe, um declarado escravagista, não suportando mais as pressões se demite.

Em seu lugar D. Isabel, Princesa Regente, escolhe o antiescravagista João Alfredo Correia de Oliveira, senador pernambucano, que por sua vez chama para ajudá-lo a formar um novo gabinete, outro conhecido antiescravagista, o senador por São Paulo Antônio Prado.

Em 30 de março, André Rebouças — antiescravagista — prepara um projeto de libertação incondicional dos escravos em todo o império, no dia 7 de abril o projeto é apresentado a João Alfredo e por uns tempos desaparece.

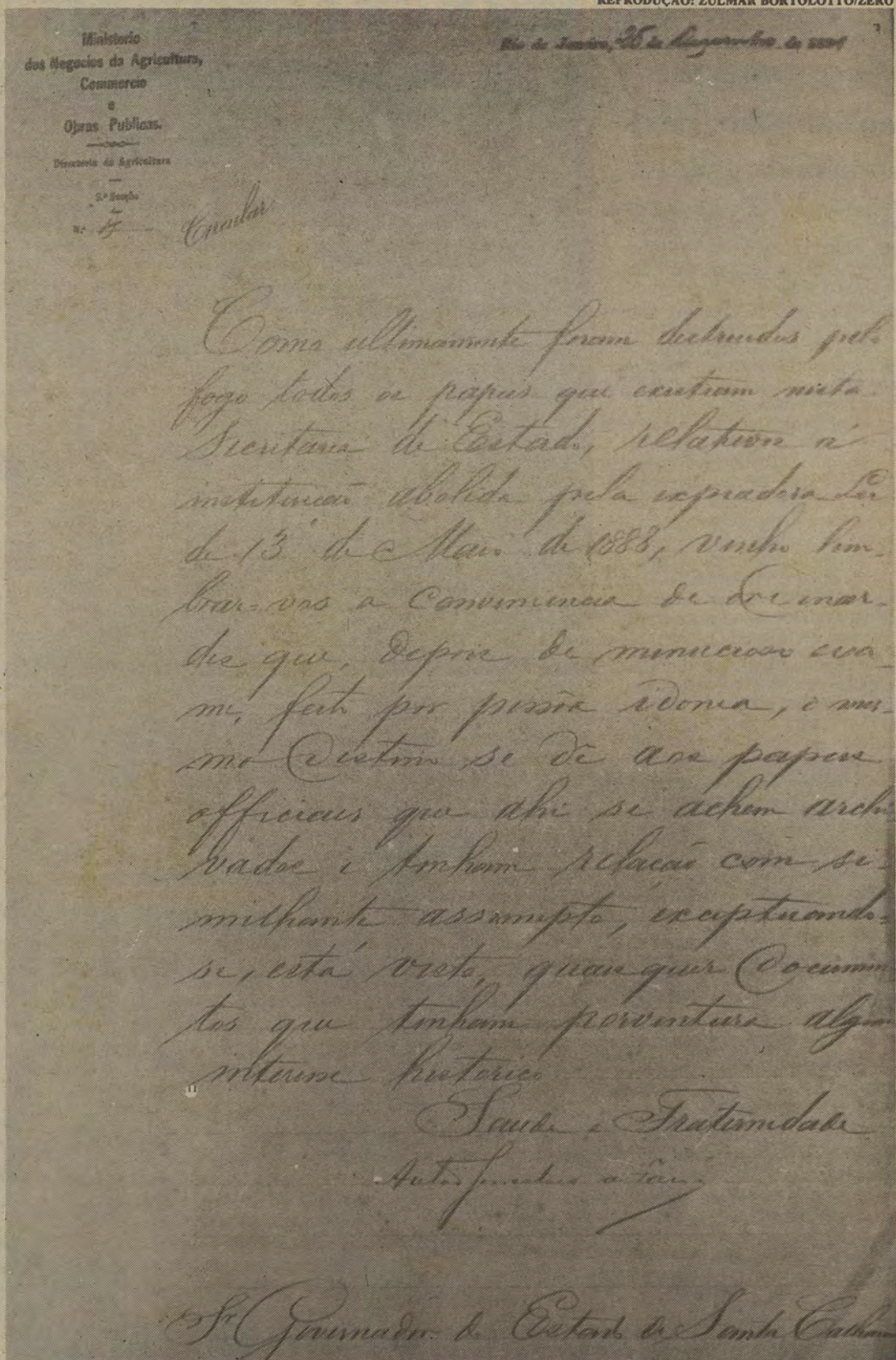
Os dias correm. Tanto os "Liberais", quanto os "Conservadores" querem a libertação, apenas discutem o modelo. Os Conservadores propõem, num projeto de Antônio Prado, a imediata libertação dos escravos, mas com a condição de eles serem obrigados a executar a colheita do café já maduro nas fazendas e com a obrigação de o governo ressarcir os proprietários de escravos

dos prejuízos pela libertação.

O projeto de André Rebouças é incondicional. Chega o dia 3 de maio de 1888. A liberdade é iminente. D. Pedro II, imperador do Brasil, já velho e doente, cuida de sua saúde na Europa. D. Isabel, Princesa Regente, vai para o edifício do Senado a fim de inaugurar a terceira sessão da Vigésima Legislatura. D. Isabel, na sua Fala do Trono, apela para a eliminação da escravatura e pede repressão a vagabundagem. Discute-se o projeto Antônio Prado, mas não acontece nada nesse dia; alguns dias depois, é 7 de maio e João Alfredo adere a idéia de uma libertação incondicional.

No dia 8 de maio o projeto é lido e aprovado na Câmara dos Deputados. No dia 11 ele vai para o Senado. Os escravagistas, liderados pelo Barão de Cotegipe e Paulino de Souza fazem longos discursos contra o projeto, afirmando ser ele uma violação dos direitos de propriedade.

Finalmente, no dia 13 de maio, o Senado dá a sua aprovação. O projeto é, então, imediatamente sancionado pela Princesa Isabel. Nessas alturas, de fato, muito poucas pessoas ainda eram escravas nas fazendas de todo o Brasil. Na realidade a lei que ficou conhecida como "Lei Aurea", não fez mais que reconhecer uma situação irreversível. A lei foi aprovada pelo fato de a escravatura se ter desmoronado. No auge de quase uma década de agitação, milhares de escravos haviam tomado sua própria liberdade ou tinha sido autorizados a fazê-lo por uma sociedade que já não acreditava mais, sinceramente, na necessidade daquela escravatura.



Manter escravos ficou caro para os senhores

A ordem do Ministério é queimar tudo

Governo manda queimar arquivos comprometedores

A Lei Aurea pôs fim, juridicamente, à escravatura no Brasil e está completando 100 anos nesse mês de maio. Ela, porém, não pôs fim a muita controvérsia. Estamos mostrando aqui um pouco do rescaldo dessa lei.

Uma das consequências da Lei Aurea foi o pedido de ressarcimento de danos, reclamado pelos antigos proprietários de escravos contra o governo que os libertou. Os negros eram adquiridos e registrados através de escritura pública de compra e venda, como se faz hoje quando se compra um imóvel.

Havia muitos documentos desse gênero por todo o país. Na tentativa de evitar ações de ressarcimento, os abolicionistas pediram à Câmara dos Deputados, que os livros das matrículas de escravos de todos os municípios do Império fossem cancelados ou inutilizados, para que em tempo algum podessem servir de base a ações de indenização.

Foi por isso que "aconteceu" a destruição pelo fogo, dos documentos existentes nesta Secretaria de Estado, ou seja no Ministério da Agricultura. E, pelo que se depreende da Circular (foto), o fogo

continuou destruindo em muitos outros lugares ainda.

PESSOA IDÔNEA

O documento que o "ZERO" mostra agora jamais havia sido publicado pela imprensa brasileira. Ele foi encontrado por acaso num dos inúmeros livros guardados pelo Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Por sorte está bastante bem conservado, permitindo facilmente sua leitura. Mesmo assim, para facilitar ainda mais sua compreensão, é transcrito a seguir.

Rio de Janeiro, 25 de Dezembro de 1891.
Como ultimamente foram destruídos pelo fogo todos os papéis que existiam nesta Secretaria de Estado, relativos a instituição abolida pela expiadora Lei de 13 de Maio de 1888, venho lembrar-vos a Conveniência de ordenardes que, depois de minucioso exame, feito por pessoa idônea, o mesmo Destino se dê aos papéis oficiais que aí se achem arquivados e tenham relação com semelhante assunto, exceptuando-se, está visto, quaisquer documentos que tenham porventura algum interesse histórico.

Saúde e Fraternidade
Antão Gonçalves de Farias
Sr. Governador do Estado de Sta. Catarina.

É lamentável que o poder público se utilize de ações tão vis. Com a destruição desses documentos, foi apagada grande parte da memória negra no Brasil. A história dos negros perdeu um elo importantíssimo, tornando muitas vezes impossível a sua reconstrução.

Zulmar Bortolotto

Notícias de um povo que sonha

O país africano continua lutando para ser livre

Brasil, China, Estados Unidos, Guiné. Em qualquer lugar do mundo, todo ser humano é igual. Come e bebe, fala e ouve, faz amor e tem filhos, ri e chora, tem grilos, neuroses, psicoses... mas há um detalhe; cada povo tem uma história e uma realidade que diferencia uma nação de outra. Cada país não deixa de ser um novo mundo.

O que você imagina, quando pensa em Guiné Bissau? É isso mesmo, aquele pequeno país no cantinho da África, metade ilhas, metade continente. Pedro Antônio dos Santos é de lá. Ele está no Brasil há alguns meses, veio para cursar Comunicação Social aqui na UFSC, através de um intercâmbio entre o Brasil e a Guiné Bissau. Pedro com seus óculos de grau sobre a cabeça, pernas cruzadas e brilhos no olhar, contou um pouco sobre esse país africano.

Guiné Bissau tem algo em comum com o Brasil, ambos contribuíram no desenvolvimento econômico de Portugal por um bocado de tempo. Guiné só conseguiu livrar-se das "garras" de Portugal por volta de 74. De acordo com Pedro, a consciência africana de se libertar, tornou-se mais forte depois de 1960, considerado o "Ano da África", quando mais de 10 países conquistaram a liberdade. A partir daí os nacionalistas da Guiné, apoiados pelas ex-colônias, iniciaram a grande luta contra o domínio português.

LUTANDO PELA LIBERDADE

Como qualquer movimento, esse também teve à sua frente um grande líder: Amílcar Cabral, que junto de outros guineenses fundou em 56 o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), único até hoje existente no país. No início tentaram-se negociações pacíficas com o governo português, mas essa tentativa não deu certo. Pedro relembra um fato que revoltara os guineenses na época: "Em 59, marinheiros manifestavam-se contra os baixos salários e péssimas condições de trabalho a que eram submetidos, quando foram reprimidos pela polícia que abriu fogo matando mais de 50 pessoas". Esse fato, conhecido como o "Massacre de Pindjiguiti", assim como outros semelhantes, deu início à luta armada entre o povo e governo português, que durou cerca de 10 anos. Nessa época o PAIGC já mobilizava todos os guineenses.

A primeira Constituição de Guiné Bissau foi feita em 1974, quando da proclamação da república. Nesse período, o país viveu momentos semelhantes aos que vivemos atualmente. Constituintes eleitos pelo povo decidiam as leis do país, e como aqui no Brasil, as decisões não contentaram a todos.

O grande líder nacionalista, Amílcar Cabral foi assassinado em 73 e seu irmão Luís Cabral assumiu a presidência do país. Nesse período Guiné Bissau viveu maus pedaços. O comércio era centralizado e uma única empresa estatal detinha o controle sobre a importação e exportação. Dessa maneira faltava no país produtos básicos como arroz e trigo, pois a agricultura não supria a necessidade do povo, apesar de ser esta a sua principal atividade econômica.

Em 1973 mais de dois terços do território já estavam sob controle dos rebeldes, segundo constatação da ONU. Para atingir a população dessa área e dos centros urbanos ainda sob domínio da administração colonial, a "Rádio Libertação" tinha uma programação eficiente, que atingiu os resultados esperados. Os ouvintes dispunham de noticiários em português, crioulo - idioma corrente na Guiné e Cabo Verde - e em dialetos locais. Os programas políticos, educativos e recreativos emitidos em ondas curtas passaram os índices de audiência da emissora provincial, uma das antenas ultramarinas da Rádio-difusão Portuguesa (RDP), implantada em Bissau em 1944.

Em 1973 mais de dois terços do território já estavam sob controle dos rebeldes, segundo constatação da ONU. Para atingir a população dessa área e dos centros urbanos ainda sob domínio da administração colonial, a "Rádio Libertação" tinha uma programação eficiente, que atingiu os resultados esperados. Os ouvintes dispunham de noticiários em português, crioulo - idioma corrente na Guiné e Cabo Verde - e em dialetos locais. Os programas políticos, educativos e recreativos emitidos em ondas curtas passaram os índices de audiência da emissora provincial, uma das antenas ultramarinas da Rádio-difusão Portuguesa (RDP), implantada em Bissau em 1944.

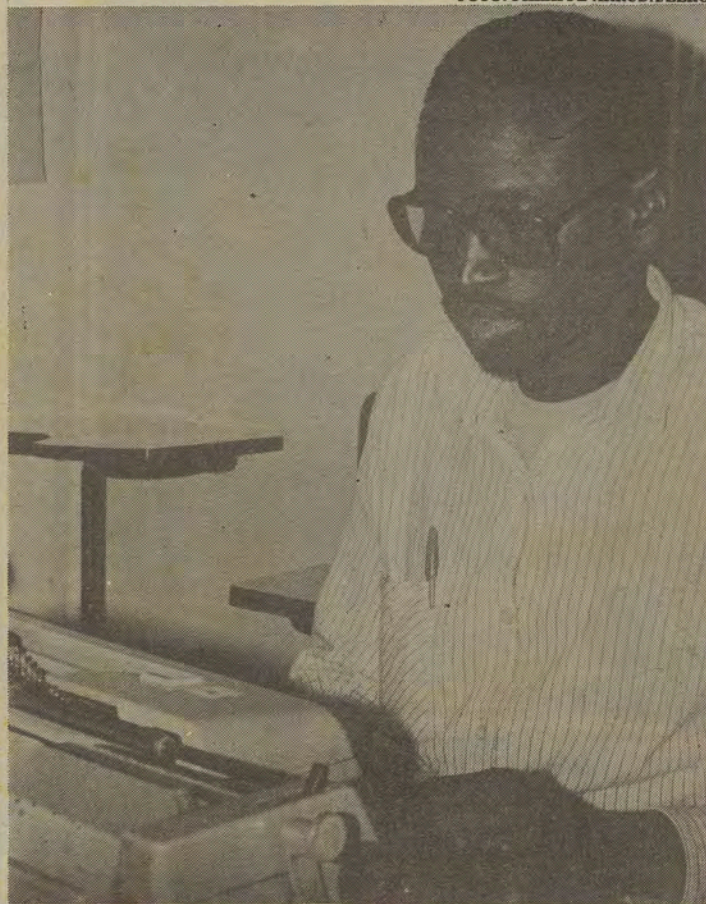


FOTO: PHILIPPE ARRUDA/ZERO

Pedro Santos veio fazer jornalismo na UFSC

Além disso, a madeira de Guiné, era desviada para Cabo Verde e de lá exportada. Essa situação não era mais suportada pelos guineenses. Por isso que em 1980, quando o general João Bernardo Vieira, um lenário guerrilheiro na luta contra

Portugal assumiu com um golpe a presidência do país, toda população saiu às ruas para festejar.

UM NOVO PERÍODO

Apesar da mudança de governo, somente a partir de 87, ou seja, 7

anos após o golpe, é que Guiné começou a superar os problemas com a importação e exportação, através da liberação do comércio e o incentivo à iniciativa privada. No governo de Vieira tem havido também um avanço em relação à educação.

O número de analfabetos no país diminuiu de 90% a 60% em poucos anos.

Como todo país africano, a Guiné Bissau tem a população composta de diferentes tribos, de nomes muito estranhos, pelo menos aos nossos ouvidos, como: balantes, fulas, manjacos, mandigas, papéis. Na sua maioria são animistas, vivem naturalmente, cultivando ervas utilizadas também para cura de doenças. Os animistas comunicam-se com Deus somente através dos "espíritos". Uma boa parte de guineenses são muçulmanos, esses, como diz Pedro, são facilmente identificados vestidos com seus grandbubus (túnicas compridas), e por terem costumes diferentes, como comer carne de porco e não tomar nenhum tipo de bebida alcóolica.

Os meios de comunicação existentes em Guiné, são totalmente monopolizados pelo governo. O jornal "Nô Pintcha" (Avancemos) é praticamente a voz do governo. Atualmente está sendo instalada a "primira" estação de TV do país, que até hoje só acompanhava a programação das emissoras de outros países.

A política de Guiné Bissau em relação à África do Sul, é não se alinhar enquanto for mantida a política do Apartheid. Esse é o país de Pedro.

Ilka Goldschmidt

Um jornalismo que nasceu para a briga

O rádio funcionou como arma contra o colonizador

"A radiodifusão é uma das armas mais poderosas para a conscientização do povo sobre a necessidade de luta contra o colonialismo português e para a edificação das futuras pátrias da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde livres e independentes". Era nestes termos que Amílcar Cabral, fundador do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde - PAIGC -, definia o papel do rádio enquanto instrumento de propaganda política.

Alguns anos depois do início da luta armada para a libertação, em 1963, o partido criou a "Rádio Libertação do PAIGC", que emitia a partir da estação emissora da república da Guiné-Conakry, estado vizinho pelo lado

HISTÓRIA

A primeira estação de rádio, a IKW, da então província da Guiné-Portuguesa, transmitia inicialmente apenas uma hora por dia. Só na década de 50 passou para duas. A programação era em português para a massa da população africana, analfabeta. Por isso os habitantes se afastavam da rádio. A radiodifusão estava submetida a um regime jurídico que concedia autorização para atuação somente com aprovação do governo português. Tudo estava sujeito à censura e até os funcionários eram vigiados com atenção.

Uma lei de imprensa publicada em 1970 aboliu a Comissão de Censura, mas uma declaração de "estado de subversão" feita pelo parlamento fascista garantia sua permanência enquanto continuasse a rebilião. Em 1969 foi criado um serviço para a coordenação e integração da informação civil e militar, de-

pendendo do Estado-Maior das Forças Armadas de ocupação. E ao contrário de Angola e Moçambique, não haviam na Guiné estações de rádio privadas.

Também em 1970 as emissões semanais passaram de 13 para mais de 125 horas, divididas em dois períodos diários. Apenas um programa, porém, chamado "Ecos da Província", com relatos sobre temas da vida diária, e os noticiários, eram susceptíveis a conter elementos diretamente relacionados com a vida da população. O restante da programação, com tangos, música lusitana e "serão para os trabalhadores", passava ao largo da vida e cultura do povo guineense.

SAUDADE

Para conter a onda de influência das rádio nacionalistas e amenizar a tensão e saudades nos militares portugueses, o governo central determinou que a emissora nacional passasse a

emitir um programa diário de 16 horas, em ondas curtas, destinado às colônias. Entre esses programas estavam "Guia Sentimental", "ABC de Portugal" e "Clube da Amizade Lusitana". Ao mesmo tempo, foram introduzidos programas de caráter anti-subversivo.

Mas a luta acabou e os novos governantes da Guiné-Bissau criaram, no dia 10 de setembro de 1974, a Radiodifusão Nacional, com a transferência de todo o aparato da Rádio Libertação para a sua jurisdição, assim como o efectivo material e parcelas do humano da Emissora Provincial. A Radiodifusão foi implantada em agosto de 1985 e criou-se uma nova filosofia: "informar e formar para melhor servir". Aumentou o tempo de transmissão, o número dos noticiários e dialetos usados nas transmissões.

Pedro Santos



FOTOS: PHILIPPE MANJERICÃO

Apenas um casal latino-americano com muito dinheiro no bolso.



Punk da periferia



Yo no creo en senderos, pero que los, hay... Ai, Ai!



Marisa Lobo e Pedro Jaguaritica governando com desenvoltura



FOTO: PHILIPPE ARRUDA/ZERO

O improviso, disfarçando a falta de estrutura

O nosso rádio continua dando informação fria

Radiojornalismo em Florianópolis? Olhô, Olhô, Olhô. Tais brincando. E, parece mesmo brincadeira, mas nossa "capital" simplesmente ignora o jornalismo no rádio. Aliás, a palavra jornalismo nem é muito citada nas AMs e FMs da cidade. O jornalismo incomoda as emissoras que são obrigadas a destinar 5% do tempo de sua programação para o serviço de notícias. É um transtorno ter que interromper Roberto Carlos e seu caminhoneiro para dar informação no rádio, por força de uma lei.

A radiodifusão é, e sempre foi, o meio mais eficiente de comunicação de massa. O fenômeno chamado televisão fez o rádio decair mas sem perder a eficiência que começa na hora da notícia. Enquanto a televisão instala o seu complicado equipamento e edita o material que produz, o rádio transmite imediatamente a informação. Mas as grandes empresas catarinenses, aquelas que mantêm o monopólio dos meios de comunicação, parecem desconhecer a importância da notícia na radiodifusão.

FLORIANÓPOLIS

Em Florianópolis, há menos de um repórter por emissora. As rádios simplesmente não investem em pessoal preparado para o radiojornalismo e em toda cidade só existe uma unidade móvel que, diga-se de passagem, só serve para divulgar o esporte na capital. Os redatores costumam trabalhar com as notícias do dia anterior e são poucos os que redigem novamente, passando-as para uma linguagem radiofônica apropriada. Muitos redatores apenas recortam o jornal e entregam aos locutores para que as notícias sejam transmitidas tal como estão escritas.

CONTENÇÃO DE DESPESAS

Quando é preciso conter gastos em algum departamento, pode contar: o jornalismo é o "escolhido". Se as músicas das paradas são interrompidas para o noticiário, é um "caos". Esta é a hora de baixar o rádio para conversar sobre alguma coisa interessante ou para descansar os ouvidos. Este comportamento é

adotado pelo público e pelos próprios funcionários das emissoras. Talvez o padrão do noticiário seja o culpado de tão grande desinteresse, mas não existe nenhum sinal de mudança. O padrão a ser seguido é aquele, e pronto.

A ex-supervisora da rádio Itapeva FM e atual Coordenadora de telejornalismo da TV Barriga Verde, Beth Biegging, disse que não existe investimentos nos departamentos de jornalismo, porque o retorno financeiro não é imediato. "O custo operacional é muito grande. As empresas não estão dispostas a esperar o lucro a longo prazo". Já Jorge Cunha, que trabalhou na rádio Guaíba de Porto Alegre, acredita num rádio-jornalismo com credibilidade e eficiência em Florianópolis. "O problema é o empresário investir".

MALABARISTAS

Enquanto o empresário não investe, o repórter e os redatores acabam exercendo a profissão de "malabaristas da informação". Sim, porque é preciso malabarismo para seguir a linha redacional das emissoras. Isto às vezes torna-se muito complicado. Se o gerente da rádio for romântico, ele certamente vai querer explorar o romantismo e o repórter terá que se aprofundar em Carlos Drummond de Andrade ou pedir informações ao poeta Zininho sobre suas composições na Ilha. Se ele tiver um certo faro policial, o repórter precisará passar as noites nas delegacias da cidade, e se ele for dramático não poderá ser esquecido nosso amigo Dias Gomes, responsável pelas lágrimas de milhares de telespectadores.

O mais grave de toda esta situação é que os ouvintes foram educados com este tipo de programação. Eles acabam aceitando tudo que é dito com uma naturalidade espantosa. Muitos deixam de sair de casa se o locutor pedir. Tudo que o rádio disser é uma ordem... É esta é a hora para as emissoras investirem. Não com sensacionalismos e superstições absurdas. Mas sim, com contribuições para a formação de uma sociedade com maiores perspectivas.

Márcia Carvalho

Festa da puberdade: eles querem assustar o papai e a mamãe

Para eles, o crepúsculo é por volta da meia-noite e essa história de acordar cedo pra andar na praia é coisa dessas garotas que fedem a pastelão de gengibre do Baixo Vidal.

Nessa festa, não tinha nenhum odara da Lagoa e, satã nos livre, nenhum viadinho do Fulanos & Florianos. Dããã, aqueles babacas de calça baggie que cospem Cacau Menezes no Arataka também não estavam: foram tomar canja na rodoviária com a rebaba politiqueira do Havana e Lugar-Comum. Os artistas plásticos comiam litogravurinhas grelhadas com vinho e obras ordinários. "Tu foi pra Mortoaléééégree, mano?" "Tu já foi no Érico vê o Méra?"

Para eles, o amanhecer é por volta da meia-noite, e essa história de ter o tempo é coisa de quem anda na vida.



Crioula metida tenta aparecer no mênage, obra de Portinari

Até o humor perdeu seus aliados

Humoristas fazem show, rimos todos dos brasileiros.

Não há quem resista a uma boa piada, ou pelo menos a uma boa risada. O produto disso só pode ser um: humor. O x da questão é lapidar esta matéria bruta em mercadoria, é aí que entra a arte do humorista.

Segundo Paulo Caruso, o senso moral é o fator que condiciona o humor. Embora, as caricaturas sejam datadas do tempo do império e estejam evoluindo conforme as peripécias políticas acontecidas no país, principalmente na época da ditadura militar (Veja box). Hoje em dia, continua Paulo, "o humor deixou de ser arma de combate, por não ter mais aliados, como até meados de 70".

Já o cartum é fruto do Pasquim.



Veríssimo e seu saxofone

Com o surgimento deste jornal acontece uma revolução na Imprensa Brasileira, através de uma forma de linguagem alternativa.

"Na verdade, não há caricatura que popularize o cara, a não ser a sua própria ação", declarou Chico Caruso. Ele ainda ressaltou o fato de que o compromisso do humorista é com a inteligência, e que se o seu trabalho ajudar a pessoa a pensar melhor, ele estará cumprindo o seu papel. No entanto, para que o humorista desempenhe sua função é necessário que o editor seja um pastor de sensibilidade. "Ele não pode conduzir a opinião dos cartunistas", setenciona Chico. Os trabalhos de Miro Maynard, por exemplo, foram recusados pela Abril por falarem de Kafka, Marx e Freud. Isto acaba sabotando o mercado e sufocando a criatividade.

Antes de ser oposição, o trabalho do humorista é uma síntese que passa informação. "Principalmente num país como o nosso, onde se lê muito pouco, é claro que o desenho chega com muito mais facilidade e rapidez", afirma Paulo Caruso. Já Reinaldo alerta para o fato de que a charge não causa o mesmo impacto duas vezes.

Para driblar a censura ainda encontrada nas redações dos jornais, os cartunistas deixam para entregar seus trabalhos quando todas as matérias já foram baixadas. "Os problemas que a gente enfrenta hoje, no jornal, estão relacionados mais com os colegas e editores do que com os proprietários", diz Mariano. "Infelizmente, a própria liberdade de imprensa é uma quimera. A imprensa sempre foi um tráfico de influência. Os jornais de hoje se transformaram em house-organ, o interesse empresarial está presente em todas as editorias. Não dá para fazer jornalismo ingenuamente, no fundo você sabe os resultados", concluiu Paulo Caruso.



Tancredo Muda Brasil Jazz Band detonando



Os irmãos Caruso



... em ação

Riso na TV

O único desenho que na televisão fazia rir era o animado, até que famosos cartunistas passaram a assinar pequenas passagens nos telejornais. Quem não lembra das caricaturas políticas do Clóvis no Jornal do Almoço. Você não? Tudo bem, o Mariano concorda com você. Para ele "a televisão é completamente analfabeta em matéria de cartum". Uma área marginalizada pelas telenovelas.

Já Reinaldo prefere aproveitar as brechas — Quando eu comecei na tv sabia das limitações, mas nem por isso podia deixar de fazer. E não deixou mesmo: entrou no time global como coordenador de textos da TV Pirata. Mas, graças a irreverência, o plin-plin não foi suficiente para afastá-lo da produção do Planeta Diário. Pelo menos enquanto seu salário não alcança as invejadas cifras de Jó Soares e Gugu Liberato.

Pasquim resistiu com humor

Em 64, a repressão era enorme em cima dos meios de comunicação, as charges e os cartuns se revelaram totalmente da esquerda. Com isto, os profissionais foram perdendo seu espaço dentro da Imprensa. Surge, então o "Pasquim", jornal satírico carioca, criado por nomes consagrados como Ziraldo, Henfil, Jaquar e Millôr. Era o único modo de denúncia do sistema político. O jornal, que começará com 20 mil exemplares passou em pouco tempo para mais de 200 mil exemplares. Mas com a ação da censura, de 1970 até 1975, a tiragem caiu para 100 mil cópias.

Com o "Pasquim" vieram o "Opinião", "Política", e mais tarde, "Bondinho", "Grilo", "Jornalivo", "Ex" e "Movimento". E a censura aparecia sempre. De 71 a 75 todos os jornais de denúncia foram desaparecendo gradativamente e só o "Pasquim" sobreviveu, apesar de não ser mais tão revolucionário como na sua fase inicial. Nesta época, o jornal sofreu sua primeira intervenção, com a edição apreendida e dez redatores presos por duas semanas. A equipe do jornal não conseguiu "segurar a barra" e deixaram de se impor como imprensa legítima de oposição. Em pouco tempo sua situação ficou péssima, chegando quase à falência.

Mas o jornal, que nasceu no auge da sátira e do humor políticos, conseguiu sobreviver, aos 20 anos de ditadura e nossos humoristas continuam retratando, em desenhos a pobreza do país.

Baixa Sociedade

Desapareceram os dois estrangeiros detidos em flagrante pela Polícia Federal no Aeroporto Hercílio Luz, contrabandando pelas brasileiras. O crime é inafiançável, e a PF, após receber a "fiança", despachou os dois. Tá fácil pagar. Pior que essa, só a cocaína pega com o italiano Alessandro Canutti, que virou bicarbonato nas mãos do delegado Elói, chefe do DEIC. Deu no jornal.

Se você quer um baseado, o Canal é na Cadeia Pública de Florianópolis. Lá foi preso Manoel Gregório Filho, que ao chegar, ficou "de cara" com a marezia no pedaço. Os canas que ali trabalham confirmam. Só o diretor não sabe...

"Não precisava tanta coisa para me ganhar. Faltou organização da polícia, afinal, eu era um só, morrendo de medo". Pala-

bras do seqüestrador Lafayette, que segurou 100 policiais durante 10 horas trancado num apartamento. É aceitável. O chefe da operação era o Tom Mix Gonçalves dos Santos.

O Departamento de Finanças da Universidade Federal de Santa Catarina recebeu a agradável visita da Polícia Federal. Até agora, ninguém ficou sabendo o que fez a PF comparecer naquele departamento. Como a polícia nunca é chamada para receber ovos de páscoa, é bem provável que haja algum rolo na contabilidade. Quer dizer, fique de olho no seu contra-cheque.

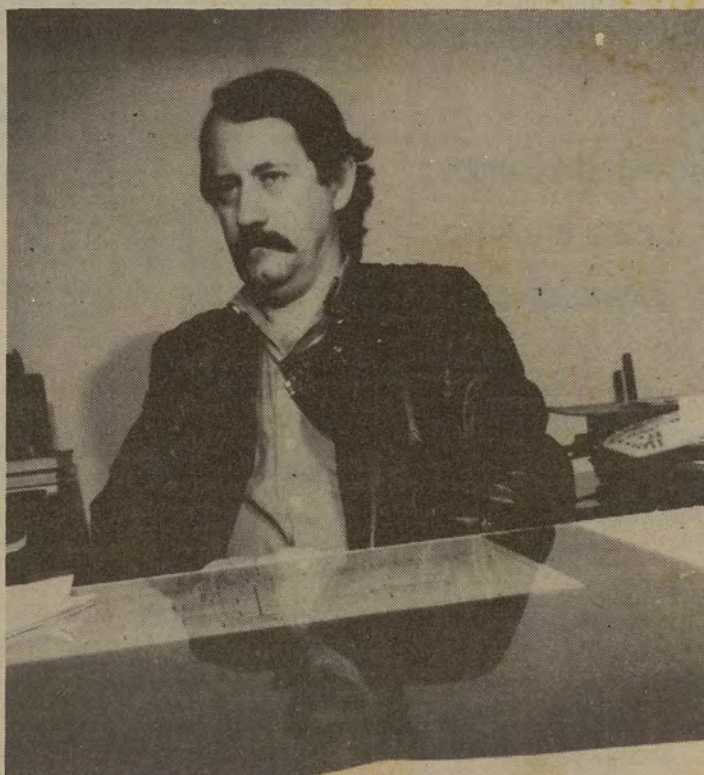
O mesmo que ficou de cara com a marezia na Cadeia Pública, foi torturado por mais de duas horas pelos comissários do 8º Distrito Policial, no Bairro Capoeiras. Ele tomou o pau enquanto era arrastado pelo chão

do DP. A arma foi um cabo de vassoura, as costas do Gregório não mentem.

Durante a homenagem aos melhores policiais civis do ano, em Florianópolis, discursava ao microfone o presidente da associação. Isso tudo na presença do Superintendente da PC, acessor de comunicação do Secretário de Segurança Pública e a grande imprensa. Ai entrou na sala um agente do DEIC, débil-mental ou chapado. Ele batia palmas incessantemente e só parou quando uns "ratos" amigos seus carregaram-no para fora. "Polícia para quem precisa de polícia".

Sugestões pela caixa postal 472, Departamento de Comunicação e Expressão, Curso de Jornalismo, Florianópolis/SC. Coluna Baixa Sociedade.

Ellot Ness



A naturalidade do homem da lei

Eles não querem vender bombons

É a melhor e mais virulenta banda do rock

Os atitânicos que se cuidem! Ou melhor, tratem de aguçar os seus ouvidos e sentidos para que as picadas do irreverente octeto paulistano — um dos melhores presentes musicais que o país já teve — possam adoentar muito mais gente a favor do rock-funk-reggae que fazem: Os Titãs.

O boom aconteceu ano passado, quando o Cabeça Dinossau-ro — uma guinada — voou dos estúdios para os ouvidinhos mais apurados dos tupiniquins e dos pacatos ouvintes das FMs. Ao som de "Polícia" e "Bichos Escrotos" (diferente do que aconteceu na época da nostálgica "Sonífera Ilha", um resgate dos dourados anos 60 do primeiro disco) muita gente enlouqueceu.

Bastaram alguns meses para que a rebeldia das letras do grupo mudasse comportamentos e os padrões da "normalidade" do pop nacional fossem absurdos (ou barbaramente?) destruídos pelo peso e musicalidade deles. Se Flávio Cavalcanti fosse vivo, com certeza estraçalharia todos os discos dos Titãs, como fez uma vez com um LP do, na época desconhecido, Ultraje a Ri-



gor, e não daria a mínima para a platéia que, a cada show, repete com mais vigor refrões malcriados contra as instituições. Fruto da mídia?

Mas quem estraçalha e está cada vez mais vivo é o grupo, são as letras, as melodias, o swing dos ex-Titãs do Iê-Iê-Iê.

E eles ainda têm a petulância de possuir três ótimos vocais solos, oito componentes, um tesão desenfreado pela música e decla-

rações do tipo "todo mundo quer amor, todo mundo quer amor de verdade".

A nova plasticidade criada pelos Titãs fez aliados de todos os tipos. Até as rádios FMs, envolvidas com uma programação pra lá de brega, tiveram que ceder espaço à "Comida", "Estado Violência"... mas tudo isso com uma dose pesadamente regrada. Eles assustam mesmo é nos palcos. Danças frenéticas de Ar-

naldo Antunes e Paulo Miklos e os backing vocals são únicos. "O nosso rock é virulento... em certas horas é tudo que nos resta". Pinochet, Gil Gomes, Idi Amin, Plínio Salgado, Mussolini, Fleury... nada disso, às vezes nada importa. Ficar sóbrio não é a solução. Diversão é solução sim. Diversão é solução pra mim".

Ana Paula Marcili

Adulterio sempre dá audiência

Um personagem adúltero que conquista a simpatia e o apoio do público. Este é o eixo em que se desenrola o polêmico "Atração Fatal" (Fatal Attraction), que esteve quase um mês em cartaz em Florianópolis.

Um filme que levou às filas do cinema boa parte do público local. Talvez quem não tenha assistido, pelo menos ouviu comentários. É preciso saber o que há de tão atraente neste filme, que surgiu de um leitura da protagonista Michael Douglas do livro Virgin Kisses, de Gloria Nagy. Apesar de ter ganho o Oscar de melhor ator por "Wall Street", foi com ATRAÇÃO FATAL que Douglas tornou-se um nome quente nos meios cinematográficos de Hollywood.

O livro de Gloria Nagy conta a história de como a volúpia destrói a vida de um homem casado. Há o encontro com Alex (Glenn Close) e uma atração fulminante que se consuma num final de semana. A partir daí, sutilmente entra o elemento esquizofrênico, que é o ponto-chave de todo o suspense que aumenta até o clímax final. Por certo que houve um exagero do autor em relação às atitudes da psicótica Alex. Mas, obviamente, esta é a estratégia para quem tem um tema corriqueiro prenda tanto a atenção do público.

Inclusive, nos deparamos a favor do adúltero Dan (Douglas), que se vê numa situação insuportável. "A gente até pode ter simpatia por uma mulher psicótica e solitária, mas a partir do momento em que ela ameaça a unidade da família, esse sentimento por uma pessoa mentalmente doente desaparece", afirmou o próprio protagonista.

Michael conta também que chegaram a ter um total de nove finais diferentes no filme. O verdadeiro problema estava no fato de não poder-se julgar o teor moral. Beth (Anne Archer), a bonita e meiga esposa, poderia ter ficado só com a filha.

O filme acaba por questionar a instituição do casamento, os riscos de uma relação extraconjugal. Certamente muitos dos espectadores tinham algo em comum com a história...

Adrian Lyne, o mesmo de "9 1/2 Semanas de Amor", realizou um bom filme. De suspense.

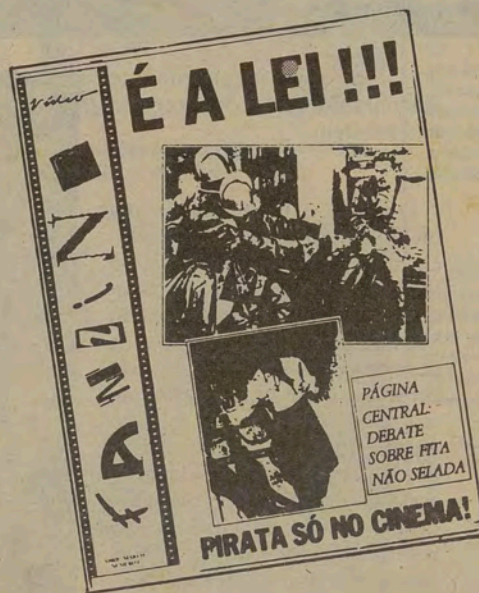
Ruchelle Zandavalle



Nanico de Vídeo estréia com boas idéias e boas intenções

"A história do vídeo no Brasil é muito nova, sequer saiu da infância... Mas hoje o vídeo já é uma necessidade, uma invenção que deu certo, e responsável por milhares de empregos". É assim que o crítico de cinema, teatro e TV, Mário Alves Neto inicia sua matéria no jornal Fanzine Vídeo, uma criação dos jornalistas Mauro Pandolfi e Paulo Scarduelli, que são responsáveis pelo roteiro e pela direção desse veículo.

Com doze páginas e dividido em várias sessões, Fanzine Vídeo surgiu como um auxílio aos vídeo maníacos e, quem sabe, aos cinéfilos, segundo afirma seu editorial. Na sessão de dicas de filmes encontramos algumas opções das locadoras. Eles afirmam que não é uma lista dos melhores e nem um manual de sobrevivência, são apenas dicas, acompanhadas da sinopse. A blitz nas locadoras de vídeo foi violenta, o que obrigou os proprietá-



rios a legalizarem o mercado e só utilizarem fitas seladas. Por isso, a página central veio ilustrada com um debate sobre fita pirata versus fita alternativa, tentando esclarecer essa infundável discussão.

Com uma boa ilustração, algumas propagandas da área e uma diagramação com um bom senso de estética, o jornal parece atingir seu objetivo: mostrar e discutir questões fundamentais do

mercado de vídeo. Na sessão de técnica essa edição trouxe dicas de como cuidar do videocassete, e informações sobre o Candy-som TS 100M, que faz o som do filme na televisão se assemelhar ao som do cinema.

Na última página o jornal fez uma análise do Oscar-88, destacando o sucesso do filme "O Último Imperador", de Bernardo Bertolucci.

O filme homenageado pelo primeiro número do Fanzine Vídeo foi Cidadão Kane, do gênio imortal Orson Welles. Segundo a maioria dos críticos é o mais completo da história do cinema. A cada sessão ou pesquisa surge um fato novo a respeito do filme ou uma nova maneira de interpretá-lo. Welles, além do legado de quase vinte filmes, nos mostrou que "A arte é uma mentira que conduz à verdade".

Ana Lavratti



Crowded House: a casa e o saco ficam cheios

O Crowded House, grupo australiano que estourou nas trilhas sonoras de saídas e entradas de bares como o Arataka, nos carros dos pseudo youppies, nas festinhas americanas e paradas de fim de noite para um pega ou outro certamente o nome que tem: casa craudeada. Pra quem gosta, é um prato cheio.

Com músicas como "Don't Dream, It's Over", "Message To My Girl" e "The World Where You Live", Tim, Neil Finn e Paul Hester não convencem, apesar dos incríveis solos de bateria, sintetizadores e guitarras. É... eles são tão músicos quanto performers, mas a chatice, infelizmente, não pára por aí.

Menique Vandresen

O artista que não vende arte

FOTOS: JAVIER CRISTIAN

Jairo diz que o governo tem medo da arte

Desde seus 15 anos, quando deixou a escola convencional, o artista plástico catarinense Jayro Schmidt, agora com 40, dedica-se completamente às artes. Ele se define como um autodidata. Entre as técnicas que usa estão o pastel, tintas à óleo e acrílica, xilo (na pedra) e litogravura (no metal). Atualmente o artista é um dos orientadores das oficinas de arte do Centro Integrado de Cultura (CIC), trabalho que considera uma experiência inovadora e a mais "forte" do Estado. Nesta entrevista, Jayro critica a administração dos órgãos ligados à arte catarinense e prevê melhorias progressivas na área.

ZERO: O que significa arte para você?

JAYRO: É a minha forma de ser, uma necessidade. Através de meus quadros pode-se ver a minha vida. O estilo do artista é sua própria pessoa. Eu transmito para os quadros sentimentos muito particulares, o universo onde vivo.

ZERO: É importante estudar arte?

JAYRO: Sim, pois construir uma obra exige muito conhecimento e muita força de vontade. É uma forma diferente de trabalho. O artista está diante do desconhecido e, por mexer com o ilusório, é tão desconhecido. A arte é uma ligação que transcende o aparente, quer revelar o escondido. Por isso, considero os autodidatas pessoas raras e especiais.

ZERO: É possível sobreviver da arte em Santa Catarina?

JAYRO: Sim, com muitas concessões. Geralmente o artista tem que comercializar o seu trabalho e esse tipo de profissional pode ser facil-

mente engolido pela realidade por tornar-se repetitivo ao fazer apenas o que já foi consagrado. Mas as condições para o artista são bem melhores nos dias de hoje. Eu tenho como princípio não comercializar a minha arte. O que hoje é aplaudido amanhã não é nada.

ZERO: Existem muitas diferenças entre a arte catarinense atual e a feita anos atrás?

JAYRO: De 10 anos pra cá a arte de Santa Catarina evoluiu muito, pois o Estado cresceu, surgiram mais pessoas e, conseqüentemente um maior interesse pela arte. Antes desse momento o artista era um solitário, como o poeta era visto como um louco.

ZERO: Ainda há a monopolização da arte catarinense pelo mesmo grupo?

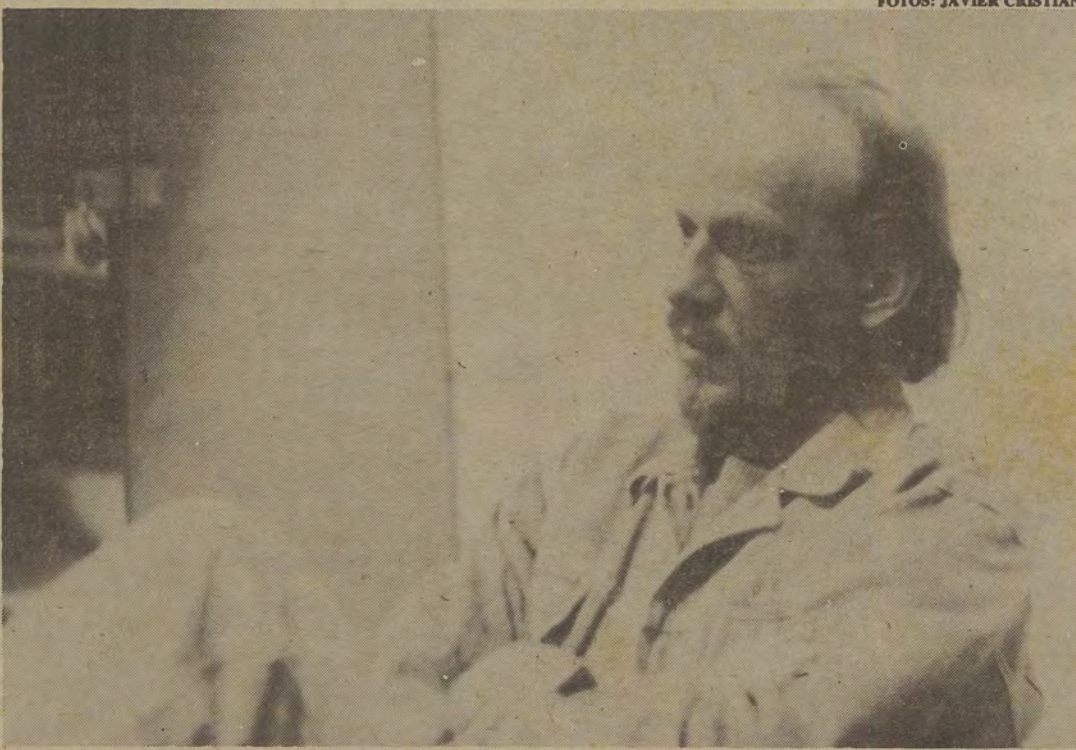
JAYRO: Essa monopolização já não existe, e, se antes havia, era talvez por apenas esse grupo fazer arte. Entretanto, quando do surgimento de um novo nome no meio, este determinado grupo não o aceitava, quem sabe por medo de serem suplantados. Era uma forma de agir bastante egoísta.

ZERO: Qual o papel das galerias neste contexto?

JAYRO: As galerias dão chance para os artistas comerciais pois o seu papel é apenas comercial. Já os museus têm um papel unicamente cultural. Mas o surgimento dos espaços alternativos, como as praças e as escolas, dando chance para novos artistas, mais ousados, força as galerias a acompanhar esses espaços alternativos.

ZERO: A Fundação Catarinense de Cultura (FCC) tem correspondido aos seus objetivos?

JAYRO: Nunca correspondeu nem nunca corresponderá, por ser o Estado que determina certos valores culturais e só. Quando há o interesse do governo no



Jayro: Fundação Catarinense de Cultura apenas olha de cima pra baixo

meio, ele não gera cultura. A FCC é apenas uma instituição olhando de cima para baixo.

ZERO: Existe a possibilidade de modificar este quadro?

JAYRO: Mudando o pensamento dos que dirigem. Há

uma crise geral na educação no Brasil. O governo não leva a arte até o povo porque ela abre a cabeça das pessoas e as faz pensar.

ZERO: É possível comparar a arte catarinense com a produzida no resto do País?

JAYRO: Não, ela não está a ponto de se comparar com a dos grandes centros, onde os artistas são mais atuantes, mais ativos. Em Santa Catarina há mais quantidade do que qualidade.

ZERO: Os artistas daqui expõe com facilidade fora do Estado?

JAYRO: Não, não há chance para os nossos artistas fora do Estado. Não existem mais intercâmbios. A iniciativa para expôr fora de Santa Catarina tem que ser pessoal.

ZERO: Quais os artistas catarinenses que você destacaria?

JAYRO: Entre os artistas mais antigos, dou destaque para Pléticos que tem muita força, Rodrigo de Haro tem seus bons momentos, Heli Heil e Meyer Filho possuem uma força muito enigmática, e as tapeçarias de Vicchetti. Entre os artistas mais novos com quem tenho tido muito contato dou destaque para as aquarelas de Bonson e a Mirian Koerich que se entregou de corpo e alma a seu trabalho.

ZERO: Você dá credibilidade aos salões de Arte?

JAYRO: Os Salões entraram em decadência há muitos anos. Agora estão nas mãos dos críticos e são raros os críticos bons. Eles expressam o que acham certo e em geral não conhecem bem sobre o que vão dizer. Como uma má influência de suas opiniões temos o pós-modernismo, um estilo indefinido por não ter sido criado por artistas.



Eli Heil e Vichetti (abaixo), artistas maiúsculos



Para ele, os salões de arte estão decadentes

Marta Moritz



The Bettmann Archive

Sangue novo na Reitoria